



EDITAL Nº 003/2024, DE 16 DE OUTUBRO DE 2024, DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO EFETIVO DE GUARDA CIVIL NO MUNICÍPIO DE ITAPISSUMA (PE)

Sumário

1.	Das Disposições Preliminares.	3
2.	Da Comissão Especial do Concurso Público.....	4
3.	Dos Deveres do Candidato.	4
4.	Da Taxa e do Formulário de Inscrição5	5
5.	Da Inscrição da Pessoa com Deficiência (PCD).6	6
6.	Da Habilitação para a Isenção da Taxa de Inscrição.....7	7
7.	Do Atendimento Especial aos Candidatos.....7	7
8.	Da Realização das Provas Objetivas.9	9
9.	Do Acesso ao Local da Prova9	9
10.	Do Início das Provas.....10	10
11.	Do Cartão-Resposta.....10	10
12.	Do Término das Provas.11	11
13.	Das Medidas de Segurança.11	11
14.	Da Estrutura da Avaliação de Conhecimentos.....13	13
15.	Dos Gabaritos e dos Resultados das Provas Objetivas.13	13
16.	Do Teste de Aptidão Física (TAF)14	14
17.	Dos Parâmetros de Avaliação Física.....16	16
18.	Da Avaliação Psicológica17	17
19.	Do Exame de Saúde19	19
20.	Da Investigação Social.....21	21
21.	Do Curso de Formação Profissional22	22
22.	Da Classificação dos Candidatos.....22	22
23.	Dos Critérios de Desempate.....23	23
24.	Dos Critérios de Eliminação.....24	24
25.	Dos Recursos.....24	24
26.	Da Nomeação e Posse dos Aprovados.24	24
27.	DAS EXIGÊNCIAS PARA INVESTIDURA.25	25
28.	Da Documentação para a Posse.26	26
29.	Da Nomeação e Posse de Pessoa com Deficiência (PCD).....26	26
30.	Do Estágio Probatório.....27	27
31.	Das Disposições Finais.....27	27
	ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO29	29
	ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO31	31
	ANEXO III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA34	34
	ANEXO IV – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO.....35	35



ATUALIZAÇÕES NESTE EDITAL

17/10/2024	Adequações ao disposto na LEI MUNICIPAL Nº 1.079/2020, do Município de Itapissuma.
18/10/2024	Atualização do capítulo 6 do edital - Remoção da necessidade de envio de documentação para o pedido de Isenção da taxa de inscrição.
01/11/2024	Ajustes nos textos do item 4.3 e 8.3 do edital para assegurar a visibilidade dos polos existentes.
05/11/2024	Atualização do CAPÍTULO 5: Inscrição da Pessoa com Deficiência (PCD), com modificações nos itens 5.2 e 5.3; atualização do CAPÍTULO 7: Atendimento Especial aos Candidatos, com exclusão dos itens 7.2, 7.3 e correção do item 7.12, atualização dos itens 9.2 e 15.8, em atendimento às orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Procedimento Interno nº PI2401423 e e-AUD nº 19388).
11/11/2024	Exclusão do item 26.8, em atendimento às orientações do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Procedimento Interno nº PI2401427 e e-AUD nº 19387).



1. Das Disposições Preliminares.

1.1. O Município de Itapissuma, no Estado de Pernambuco, tendo em vista o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, torna público o presente **Concurso Público** para o provimento de **10 (dez) vagas efetivas no cargo de Guarda Civil Municipal**, do seu quadro de servidores, conforme detalhamento abaixo:

CARGO	REQUISITO	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS	VAGAS AC	VAGAS PCD
Guarda Civil Municipal	Possuir Ensino Médio completo; Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo, na categoria "B"; e cumprir os demais requisitos previstos neste edital e na Lei Municipal de Itapissuma Nº 1079/2020.	120 horas mensais	R\$ 1.870,94 + Risco de Vida (R\$ 935,47) + Adicional Noturno (R\$ 514,58) + Auxílio Alimentação (R\$ 300,00) e demais adicionais aplicáveis (horas extras, auxílio farda, ROMU, Férias, 13º)	09	01

1.2. O presente concurso público será realizado conforme as etapas abaixo discriminadas (Lei Municipal de Itapissuma Nº 1.079/2020):

FASE	AVALIAÇÃO	CARÁTER
1ª Etapa	Prova objetiva de conhecimentos gerais e específicos	Eliminatório e classificatório
2ª Etapa	Avaliação médica, psicológica e toxicológica de larga janela de detecção	Eliminatório
3ª Etapa	Exame de Aptidão Física e Exame Antropométrico	Eliminatório
4ª Etapa	Investigação Social e Funcional	Eliminatório
5ª Etapa	Aprovação em Curso de Formação de Guarda Civil Municipal	Eliminatório e classificatório

1.3. Em atendimento ao disposto no art. 37, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o prazo de validade deste concurso público será de 2 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período, a critério do Município de Itapissuma (PE), a qual é responsável por homologar o resultado deste concurso público, assim como por convocar os candidatos aprovados e analisar os requisitos para a convocação e posse.

1.4. Os candidatos interessados em participar do presente concurso público deverão acompanhar e participar ativamente das etapas específicas por meio do Portal do Candidato do Igeduc, disponível para acesso no [site https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/](https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/).

1.5. O presente concurso público obedecerá às datas dispostas no cronograma contido no Anexo III deste edital, o qual, a partir de decisão da Comissão Especial Organizadora do Concurso Público e/ou Igeduc, a partir da anuência de referida Comissão, poderá receber alteração nas datas apresentadas no Anexo III, a fim de garantir a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência da Administração Pública na realização do presente certame

1.6. Ao longo do período de realização deste concurso público, o Município de Itapissuma (PE) disponibilizará computadores com acesso à Internet na sua Ouvidoria, localizada na Rua Manoel Lourenço, 16, Centro - CEP 53.700-000, assim como recepcionará dúvidas e pedidos de esclarecimentos de candidatos através do telefone (81) 3548-1647 e do e-mail ouvidoria@itapissuma.pe.gov.br, sempre no horário de 07h00 até às 13h00. Esse endereço também será considerado para que seja remetida solicitação de atualização dos dados cadastrais por meio de carta registrada, após a publicação da homologação do resultado e até o encerramento da validade do certame.



1.7. A execução das etapas do presente concurso público é de responsabilidade do Instituto de Apoio à Gestão Educacional – Igeduc, instituição brasileira inscrita no CNPJ nº 23.418.768/0001-85 (contratado via Dispensa de Licitação nº 017/2024, com base no artigo 75, inciso XV, da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021), e que disponibilizará o seguinte canal de comunicação com os candidatos: concursos@igeduc.org.br.

1.8. O Instituto Igeduc poderá, a qualquer momento, realizar registros fotográficos ou em vídeo dos candidatos, com o intuito de garantir a transparência e a segurança do certame, bem como prevenir tentativas de fraude.

1.9.1 Fazem parte deste edital os anexos a seguir especificados: Anexo I – Das atribuições dos cargos; Anexo II – Do conteúdo programático; e Anexo III – Do cronograma de execução previsto.

1.9.2 Para concorrer às vagas descritas neste edital é necessário realizar adequadamente o processo de inscrição no concurso público, inclusive quando se tratar de candidato hipossuficiente ou de pessoa com deficiência (PCD).

1.9.3 Por força do Art. 37, VIII, da Constituição Federal, serão reservadas às pessoas com deficiência (PCD) o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas por função neste concurso público (art. 97, VI, “a”, da Constituição de Pernambuco) ou, no mínimo, “a segunda vaga aberta para o cargo” (TCE-PE, 11ª Sessão Ordinária, proc. nº 1852440-0).

1.9.4 Caso a aplicação do percentual de que trata o item 4 deste Capítulo resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

1.9.5 O candidato à vaga deste concurso público deverá, no momento da convocação para posse, preencher todos os requisitos previstos neste capítulo e na legislação vigente para o exercício do respectivo cargo.

1.9.6 As atribuições dos cargos elencados no item 1 deste Capítulo estão dispostas no Anexo I deste edital.

2. Da Comissão Especial do Concurso Público.

2.1. A fiscalização do acompanhamento do presente concurso público é de responsabilidade da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público nomeada para esse fim, devidamente autorizada por meio da Portaria nº 017/2024, de 22 de janeiro de 2024, cujos membros estão discriminados abaixo:

NOME	FUNÇÃO
Eva Maria da Silva	Presidente
Andrea Cristina Xavier André	Membro
Maria José Mousinho Ferreira	Membro

2.2. Além da fiscalização e do acompanhamento dos trabalhos de realização deste concurso, a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público é responsável por contribuir para o esclarecimento de questões não previstas neste edital.

2.3. A Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público, nem qualquer membro ou servidor do Município de Itapissuma (PE) não terá acesso prévio ou privilegiado às questões, às provas, aos gabaritos ou a quaisquer dados confidenciais ou sigilosos.

3. Dos Deveres do Candidato.

3.1. O candidato deve estar ciente sobre todas as determinações deste edital, os avisos e as publicações oficiais relacionados a este concurso público e segui-las rigorosamente, assim como deve obedecer às determinações de todos os membros do Instituto Igeduc e da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público que atuam neste certame.

3.2. O candidato deve tratar respeitosamente todos os representantes do Instituto Igeduc – inclusive os coordenadores, os fiscais e os avaliadores – assim como os demais candidatos e membros da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público, agindo com responsabilidade e obedecendo aos deveres impostos por este edital ao longo de todo o certame.

3.3. O candidato deve agir de boa-fé na apresentação de todos os documentos e informações necessários ao bom andamento do certame, assim como deve eximir-se de utilizar meios fraudulentos ou ilegais em qualquer etapa do certame com o objetivo de fraudar o processo.



3.4. O candidato deverá apresentar, em todas as etapas avaliativas, o seu documento de identificação original com foto e demais dados atuais, nítidos e legíveis, nos termos do item 5 da seção 4.1.1 deste edital e, quando solicitado, deve contribuir com a realização de qualquer tipo de inspeção ou verificação de segurança nos locais de realização do concurso público.

3.5. As provas objetivas serão aplicadas prioritariamente no Município do Itapissuma (PE) e, complementarmente, em cidades próximas ao ser informada ao candidato no momento de divulgação do cartão de confirmação de inscrição.

4. Da Taxa e do Formulário de Inscrição

4.1. A taxa de inscrição para cada cargo do presente concurso público obedecerá ao que segue:

CARGO	TAXA DE INSCRIÇÃO
Guarda Civil Municipal	R\$ 110,00 (cento e dez reais)

4.2. A inscrição para o presente concurso público deve ser realizada exclusivamente por meio do formulário específico para esse fim – Formulário de Inscrição – disponível no Portal do Candidato do *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

4.3. As provas objetivas poderão ser realizadas nos municípios abaixo discriminados, conforme a escolha do participante no momento da inscrição:

POLO	REGIÃO
ITAPISSUMA (PE)	Compreende escolas e locais apropriados para as provas objetivas localizados no Município de Itapissuma, no estado de Pernambuco.
RECIFE (PE)	Compreende escolas e locais apropriados para as provas objetivas localizados no Município de Recife, no estado de Pernambuco.
IGARASSU (PE)	Compreende escolas e locais apropriados para as provas objetivas localizados no Município de Igarassu, no estado de Pernambuco.
GOIANA (PE)	Compreende escolas e locais apropriados para as provas objetivas localizados no Município de Goiana, no estado de Pernambuco.

4.4. Cada candidato é responsável por preencher todos os dados exigidos no formulário de inscrição de forma correta, completa e atualizada, assumindo toda a responsabilidade por prejuízos advindos de dados informados incorretamente ou cuja retificação não tenha sido solicitada (seja por meio do formulário de correção de dados cadastrais ou de pedido de recurso).

4.5. O Igeduc não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não recebidas por motivos de ordem técnica não afetos aos servidores do Instituto, tais como problemas técnicos do computador do candidato, falhas de comunicação, de congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

4.6. Todos os candidatos concorrerão em igualdade de condições, excetuados os casos específicos previstos na legislação vigente para o atendimento especializado para a realização das provas.

4.7. Com a efetivação da inscrição, o candidato autoriza expressamente a divulgação de seu nome, número de inscrição, data de nascimento e notas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública, a partir do tratamento e processamento dos dados pessoais informados, sensíveis ou não, e aplicação dos critérios de avaliação e seleção necessários à efetiva execução do concurso público, conforme disposto no presente edital.

4.8. É necessário que os candidatos anexem uma foto no ato da inscrição do concurso. Esse procedimento visa garantir a correta identificação e a segurança do certame, além de prevenir tentativas de fraude.

4.9. Após o preenchimento do formulário de inscrição, o Portal do Candidato disponibilizará o boleto bancário para recolhimento da taxa de inscrição, o qual deve ser pago até a data máxima de vencimento dele, seja por meio do código de barras ou do código QR (modalidade de PIX), conforme instruções do próprio boleto, pois não é aceito o



recolhimento da taxa de inscrição em período posterior ao determinado no campo de vencimento do boleto bancário (inclusive quando este for reemitido).

4.10. O candidato apenas deverá efetuar o recolhimento da taxa de inscrição para o cargo a qual deseja concorrer pois, efetivada a inscrição, não será aceito qualquer pedido de alteração de cargo.

4.11. É vedada a transferência do valor pago a título de taxa de inscrição para terceiros ou para outros certames, assim como não são permitidos depósitos, transferências bancárias, pagamento em espécie ou qualquer forma diversa daquela descrita neste edital como meio de recolhimento da taxa de inscrição.

4.12. O candidato que concluir o preenchimento do formulário específico de inscrição no prazo determinado neste edital poderá consultar o Cartão de Dados Cadastrais como forma de visualizar os dados da própria inscrição e a situação do recolhimento da taxa de inscrição, no *link* disponível para esse fim no Portal do Candidato (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

4.13. O comprovante de inscrição – Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) – poderá ser emitido por meio do Portal do Candidato do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>), na data prevista no Anexo III deste edital, e incluirá o local, a data e a hora de realização das provas objetivas do respectivo cargo.

4.14. Será considerada confirmada a inscrição cujo recolhimento da respectiva taxa for confirmado pela instituição bancária vinculada ou cuja declaração de hipossuficiência (pedido de isenção) tenha sido deferida.

4.15. A inscrição do candidato no presente concurso público expressará sua integral adesão a todas as regras que disciplinam este certame, sendo vedada a inscrição condicional ou extemporânea.

5. Da Inscrição da Pessoa com Deficiência (PCD).

5.1. Para os fins do presente concurso público, é considerada pessoa com deficiência (PCD) a que se enquadra nas categorias dispostas no §1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015; nos artigos 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999; no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012; no art. 1º da Lei Federal nº 14.126/2021; no art. 1º da Lei Federal 14.768, de 22 de dezembro de 2023; e alterações posteriores.

5.2. Em atendimento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Procedimento Interno nº PI2401423 e e-AUD nº 19388), o candidato que deseja se declarar pessoa com deficiência (PCD) e concorrer às vagas reservadas para este público deve selecionar essa opção no ato da inscrição.

5.3. Em atendimento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Procedimento Interno nº PI2401423 e e-AUD nº 19388), o laudo que comprova a deficiência deverá ser enviado ao município durante o período da perícia médica para os candidatos convocados para a posse.

5.4. Em caso de impedimentos irreversíveis, que configurem deficiência permanente, a validade do laudo caracterizador de deficiência é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão, desde que o documento seja legível e que contenha a caracterização da deficiência, a identificação do candidato e ateste a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, bem como suas limitações funcionais e necessidades de adaptações.

5.5. A validade do laudo caracterizador de deficiência, para o caso de pessoas com Transtorno do Espectro Autista, é indeterminada, não sendo considerada a data de emissão.

5.6. O envio da imagem legível do laudo caracterizador de deficiência é de responsabilidade exclusiva do candidato. O Igeduc não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada do documento a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio.

5.7. Somente serão aceitas imagens que estejam em formato *Portable Document Format* – PDF, identificado pela extensão “.pdf”, contemplando a frente e o verso de cada documento, respeitado o limite máximo de 1MB (um megabyte) por imagem.

5.8. O formulário de recurso em face da listagem preliminar de candidatos inscritos no concurso, disponível na Área do Candidato do *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/89/>), pode ser utilizado para solicitar a retificação da condição de pessoa com deficiência (PCD) ou o tipo de atendimento especial de que o candidato necessita, nos prazos estabelecidos no Anexo III deste edital.

5.9. No período de interposição de recurso, não haverá a possibilidade de envio da documentação pendente anexa ao recurso ou complementação desta.



5.10. O candidato deverá manter aos seus cuidados o original ou a cópia autenticada em cartório do laudo caracterizador de deficiência previsto no item 5 da seção 5.4. Caso seja solicitado pelo Igeduc, o candidato deverá enviar o referido documento por meio de carta registrada, para a confirmação da veracidade das informações.

5.11. A imagem do laudo caracterizador de deficiência terá validade somente para este concurso público.

5.12. Ressalvadas as disposições previstas neste edital, os candidatos com deficiência participarão do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que tange ao conteúdo de provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local de aplicação das provas, à nota mínima exigida para os demais candidatos e a todas as demais normas de regência do concurso.

5.13. O candidato que não declarar no ato da inscrição ser pessoa com deficiência (PCD) ou que não solicitar a sua inclusão nessa categoria mediante recurso previsto no item 9 da seção 9.1, ficará impedido de concorrer à vaga reservada à pessoa com deficiência, porém disputará as vagas de ampla concorrência.

5.14. A nomeação dos candidatos com deficiência aprovados deverá obedecer à ordem de classificação, observados os critérios de alternância e de proporcionalidade entre a classificação da ampla concorrência e da reserva de vagas para as pessoas com deficiência, e ainda o percentual de reserva fixado no item 24 da Seção 24.1 deste edital.

5.15. A inobservância do disposto nesta seção 7.3 acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

5.16. A desclassificação, a desistência ou qualquer outro impedimento de candidato ocupante de vaga reservada implicará a sua substituição pelo próximo candidato com deficiência classificado, desde que haja candidato classificado nessa condição.

6. Da Habilitação para a Isenção da Taxa de Inscrição.

6.1. Serão isentos do pagamento de taxa de inscrição os candidatos que pertençam a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal *per capita* seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional, nos termos do que dispõe o Decreto Federal nº 6.593/2008 e o Decreto Federal nº 11.016/2022.

6.2. O candidato que deseja solicitar a habilitação para a isenção deverá acessar a Área do Candidato no *site* do Igeduc no período previsto no cronograma contido no Anexo III deste edital, e:

6.2.1. Preencher corretamente o formulário eletrônico de pedido de isenção, para declarar a sua hipossuficiência;

6.3. O Igeduc consultará o órgão gestor do CadÚnico para constatar a veracidade das informações apresentadas pelo candidato que se declarar pessoa de baixa renda.

6.4. O candidato é responsável por todas as informações prestadas durante o preenchimento do formulário de pedido de isenção, estando ciente de que a apresentação de dados falsos ou incorretos em qualquer dos formulários acarretará o indeferimento do pedido de isenção, não o eximindo das sanções cíveis e penais previstas em lei.

6.5. Não será aceita solicitação de isenção de taxa de inscrição via postal, via requerimento administrativo, via correio eletrônico, ou por qualquer outro meio que não o estabelecido neste edital, ou ainda, fora do prazo previsto no cronograma contido no Anexo III deste edital.

6.6. O Igeduc analisará e julgará cada solicitação de isenção recebida.

6.7. Caberá recurso contra a listagem preliminar de habilitação para a isenção, podendo o candidato, cujo pedido for preliminarmente indeferido, solicitar a reconsideração do seu pedido.

6.8. O candidato, cujo pedido de isenção seja indeferido, deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição até a data de vencimento constante no boleto bancário, respeitando os prazos estabelecidos no Anexo III deste edital, caso deseje efetivas sua inscrição no concurso.

7. Do Atendimento Especial aos Candidatos.

7.1. O candidato que necessitar de atendimento especial para a realização da prova objetiva deverá indicar no formulário eletrônico de inscrição, dentre as opções abaixo disponíveis, o recurso ou a condição especial de que necessita:



TIPOS DE ATENDIMENTO ESPECIAL		
ACESSO PARA CADEIRANTE	PROVA AMPLIADA	INTÉRPRETE DE LIBRAS
ATENDIMENTO PARA LACTANTE	TRANSCRITOR	-
SALA NO TÉRREO	LEDOR DE PROVA	-

7.2. Os recursos especiais solicitados pelo candidato para a realização das provas deverão ser justificados pelo laudo médico por ele apresentado, sob pena de indeferimento.

7.3. Conforme disposto na Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019, a candidata que necessitar amamentar criança de até seis meses de idade durante a realização da prova ou de outras etapas avaliatórias deste concurso público mediante prévia solicitação ao Igeduc por meio da indicação da sua condição no formulário de inscrição.

7.4. A mãe deverá, no dia da prova ou da etapa avaliatória, apresentar, original ou cópia simples da certidão de nascimento da criança para comprovar que a criança tem até seis meses de idade no dia de realização das provas/etapa avaliatória, assim como levar um acompanhante adulto que será o responsável pela guarda da criança durante o período necessário.

7.5. O acompanhante somente terá acesso ao local das provas até o horário estabelecido para fechamento dos portões e ficará com a criança em sala reservada para essa finalidade, próxima ao local de aplicação das provas sem, no entanto, ter acesso a qualquer informação sobre as provas ou demais informações sigilosas.

7.6. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.

7.7. O Igeduc não disponibilizará acompanhante para realizar a guarda da criança.

7.8. A mãe terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos, por filho.

7.9. Durante o período de amamentação, a mãe será acompanhada por uma fiscal.

7.10. O tempo despendido na amamentação será compensado durante a realização da prova, em igual período.

7.11. Caso a candidata utilize mais de uma hora para amamentar, será concedida, no máximo, uma hora de compensação.

7.12. O candidato que necessitar de uma hora a mais do tempo previsto para execução das provas objetivas ou de outra etapa avaliatória, deverá apresentar o laudo médico que fundamente referido pedido, no dia de aplicação dessas etapas. O Igeduc irá reter uma cópia do laudo apresentado.

7.13. O candidato inscrito na condição de pessoa com deficiência que tenha tido seu pedido de atendimento especial de tempo adicional deferido para a realização de suas provas, que não seja considerado deficiente na perícia médica, será eliminado do concurso público, por descumprir este Edital.

7.14. O candidato transexual ou travesti que desejar ser tratado pelo nome social, nos termos do Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, durante a realização das provas/etapas, deverá informar o seu nome social no ato de inscrição e apresentar o seu documento civil, contendo o respectivo nome social informado, no dia da aplicação das provas objetivas e nas demais etapas avaliatórias, no momento de sua identificação civil.

7.15. As publicações referentes aos candidatos transexuais ou travestis serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil, informados no ato da inscrição.

7.16. O Igeduc não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação comprobatória elencada nesta seção ao seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de indisponibilidade/falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem o envio. Esses documentos, que valerão somente para este concurso público.

7.17. O candidato que não solicitar atendimento especial no ato de sua inscrição e não especificar quais os recursos serão necessários para referido atendimento não terá atendimento especial, ainda que faça o envio da documentação comprobatória definida no edital. Apenas o envio do laudo médico/parecer/documentação não é suficiente para a obtenção do atendimento especial.



7.18. A solicitação de atendimento especial, em qualquer caso, será atendida segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

7.19. Os resultados preliminares e definitivos dos pedidos de atendimento especial serão publicados nas datas previstas no cronograma contido no Anexo III deste edital.

7.20. Caberá recurso em face do resultado preliminar dos pedidos de atendimento especial, nos termos da seção 6.3 deste edital.

8. Da Realização das Provas Objetivas.

8.1. As provas objetivas têm caráter eliminatório e classificatório, serão aplicadas exclusivamente no dia determinado no cronograma do concurso público no local e horário determinados no Cartão de Confirmação de Inscrição (CCI) do candidato e abordarão os conteúdos programáticos dispostos no Anexo II deste edital.

8.2. O Igeduc determinará os locais de realização das provas objetiva após a análise criteriosa das escolas e demais espaços apropriados e disponíveis no Município do Itapissuma /PE, em conformidade com os critérios de adequação, conforto e segurança definidos por este Instituto.

8.3. Poderão ser utilizados municípios circunvizinhos ao Município do Itapissuma/PE, para fins de alocação do quantitativo de candidatos efetivamente inscritos no concurso. Os candidatos deverão optar por qual o município desejado para a realização das provas: Recife (PE), Itapissuma (PE), Goiana (PE) ou Igarassu (PE).

9. Do Acesso ao Local da Prova

9.1. A realização das provas objetivas obedecerá aos grupos de cargos aos quais serão aplicados e aos horários abaixo discriminados, ajustados ao horário de Brasília (DF):

CARGO:	Guarda Municipal
TURNO:	TARDE
ABERTURA DOS PORTÕES:	13 horas
FECHAMENTO DOS PORTÕES:	13 horas e 45 minutos
INÍCIO DAS PROVAS:	14 horas
SAÍDA COM O CADERNO DE PROVAS	16 horas
TÉRMINO DAS PROVAS:	17 horas
DURAÇÃO DAS PROVAS:	3 (três) horas

9.2. O Igeduc recomenda a chegada ao local de realização das provas objetivas com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência do horário de início das provas, pois após o fechamento dos portões não será permitido o acesso de qualquer candidato ou acompanhante de criança de colo ao prédio, assim como não será permitida a entrega de materiais de qualquer natureza aos candidatos já ingressados no local de prova

9.3. No local de prova, o candidato deve comparecer munido, exclusivamente, de:

9.3.1. Caneta esferográfica (de tinta azul ou preta e fabricada em material transparente); e

9.3.2. Documento de identificação oficial com foto atualizada, nítida e legível, de modo a permitir a sua devida identificação na entrada da sala de provas, nos termos do disposto no item 5 desta seção do edital, pois não serão aceitos documentos borrados, ilegíveis ou documentos apresentados por qualquer meio digital.

9.4. O Igeduc manterá um marcador de tempo em cada sala de provas para fins de acompanhamento pelos candidatos.

9.5. Serão aceitos como documentos de identificação oficiais os que seguem: carteira de órgão público que, por lei federal, valha como identidade; carteira de órgão fiscalizador de exercício profissional (ordens, conselhos, OAB etc.); Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS); carteira funcional do Ministério Público; Carteira Nacional de Habilitação (CNH); Certificado de Reservista; documento de identificação emitido por comando militar; documento de identificação emitido por corpo de bombeiros militares; documento de identificação emitido por instituto de



identificação; documento de identificação emitido por secretaria de defesa social (ou equivalente); documento de identificação emitido por secretaria de segurança pública (ou equivalente); passaporte.

9.6. Não serão aceitos como documento de identificação (ainda que autenticados): certidões de nascimento; títulos eleitorais; carteiras de motorista (modelo que não possui foto); carteiras de estudante; carteiras funcionais sem valor de identidade; documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados; cópias e protocolos; quaisquer documentos apresentados exclusivamente por meio digital.

9.7. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização de qualquer etapa avaliativa, o seu documento de identificação original – por motivo de perda, furto ou roubo – deverá apresentar um Boletim de Ocorrência com data de emissão de até 30 (trinta) dias anteriores à data de realização do exame comprovando o motivo de não possuir o documento requisitado e, assim, o candidato será submetido à identificação especial, compreendendo a coleta de dados, de assinatura, de impressão digital e o registro fotográfico.

10. Do Início das Provas.

10.1. O candidato realizará a sua prova exclusivamente no prédio, sala, banca e horário determinados no seu Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI e seu acesso a cada local de prova será autorizado apenas após o procedimento de identificação civil, que exige a apresentação do documento oficial de identificação com foto e dados nítidos, atuais e legíveis, pelo candidato ao fiscal da respectiva sala.

10.2. A prova (caderno de questões objetivas) estará em envelope de segurança lacrado até o momento do início dos trabalhos, quando o fiscal competente pela sala o abrirá e entregará a prova a cada candidato, que deve mantê-la sobre a banca (mesa / carteira), sem abri-la ou manuseá-la até que o fiscal autorize o início por comando verbal ou sinal sonoro, sob pena de eliminação do concurso público.

10.3. O candidato não deve manusear o caderno de questões, preencher ou fazer qualquer atividade que não esteja autorizada nas instruções da capa do caderno de questões ou pelo fiscal, até que todos os candidatos da sala tenham recebido seu caderno de questões e o fiscal tenha autorizado o início das provas, sob pena de advertência verbal e até o impedimento da sua participação no concurso público (eliminação).

10.4. O caderno de questões contém todas as informações pertinentes ao certame, devendo o candidato ler atentamente as instruções presentes na sua capa e verificar se o cargo a que se inscreveu encontra-se devidamente identificado na capa do caderno.

10.5. Após a autorização de início das provas pelo representante do Igeduc, o candidato poderá abrir e folhear o caderno de questões, assim como deverá notificar o fiscal de sala para que ele tome as providências cabíveis na possibilidade de haver algum defeito na prova.

10.6. É vedado aos fiscais, coordenadores e avaliadores – membros da equipe de aplicação do concurso público – esclarecer dúvidas sobre as questões das provas; fazer alterações no conteúdo do caderno de questões do candidato; proporcionar meios que favoreçam qualquer candidato em detrimento dos demais no concurso público.

10.7. É dever dos fiscais, coordenadores e avaliadores – membros da equipe de aplicação do concurso público – passar as informações necessárias para o processo de realização das provas; manter a ordem e o silêncio nos locais de provas; advertir ou recolher a prova do candidato que perturbar o bom andamento do concurso público ou que realizar atividades que caracterizam fraude ao certame.

10.8. O Igeduc disponibilizará os arquivos dos cadernos de questões em seu *site* (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>) após a aplicação das provas, quando da divulgação do gabarito preliminar da prova objetiva.

11. Do Cartão-Resposta.

11.1. Durante a realização das provas, o candidato receberá um cartão-resposta, que é o único meio levado em consideração para efeito de correção por processamento eletrônico da prova objetiva, no qual deverá marcar uma única opção de resposta por questão e incluir sua assinatura no campo específico para esse fim, conforme seu documento de identificação.

11.2. O candidato terá sua questão anulada quando for constatado que o seu cartão-resposta está: amassado; dobrado; rasurado; com anotações ou cálculos; com rasuras; com dupla marcação; com marcação rasurada ou emendada; com campo de marcação não preenchido integralmente; com tentativa de modificar uma resposta já



marcada de caneta esferográfica; com questões não assinaladas; ou com questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

11.3. Não será disponibilizado outro cartão-resposta por falha do candidato.

11.4. Não será permitido que as marcações no cartão-resposta, sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim, quando, um fiscal do Igeduc, devidamente treinado, irá acompanhá-lo.

11.5. Não será permitido copiar o gabarito durante o período de realização das provas, ainda que o candidato já as tenha concluído.

12. Do Término das Provas.

12.1. O candidato só poderá retirar-se do local de realização das provas após assinar a ata de sala e entregar o cartão-resposta, pois, caso contrário, será considerado faltoso e será eliminado.

12.2. Os candidatos somente poderão se retirar do local de realização das provas, levando consigo o caderno de questões, após transcorridas 2 (duas) horas do início das provas.

12.3. Diante da necessidade de ausentar-se da sala de aplicação das provas em tempo inferior ao previsto no item 4 desta seção, o candidato deverá manifestar sua solicitação ao Fiscal de sala, que a analisará para fins de atendimento.

12.4. O candidato que se retirar do local de provas, nos termos dos itens desta seção, não poderá retornar em hipótese alguma.

12.5. Os três últimos candidatos de cada sala, deverão retirar-se da sala de prova simultaneamente, para garantir a lisura nos procedimentos de aplicação do concurso público.

13. Das Medidas de Segurança.

13.1. O Igeduc adotará medidas de segurança para garantir a lisura, a transparência e a isonomia deste concurso público, inclusive com o compartilhamento de dados relacionados ao certame com os órgãos de justiça e de investigação, quando solicitados.

13.2. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste concurso público, conforme previsto no Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), em especial o disposto no art. 311-A, incisos I a IV.

13.3. Pode o coordenador ou o avaliador do Igeduc proceder com a eliminação do candidato que, a qualquer momento ou por qualquer meio, dificultar a realização deste concurso público ou agir de modo a fraudar ou prejudicar os processos deste certame.

13.4. Nas etapas classificatórias e eliminatórias deste concurso público, o Igeduc pode determinar regra complementar, a fim de manter a segurança no prédio, normatizar o acesso aos banheiros e dependências das escolas, organizar o fluxo de movimentação dos candidatos e manter a ordem nos trabalhos.

13.5. Não será disponibilizado, por qualquer colaborador do Igeduc ou por outras pessoas envolvidas neste certame, saco plástico com lacre ou outro tipo de invólucro para o candidato guardar equipamentos eletrônicos como aparelhos celulares) ou materiais de qualquer tipo, nos locais de realização das etapas deste certame, assim como realizar a guarda de qualquer objeto pessoal do candidato.

13.6. A qualquer momento, o Igeduc pode realizar a identificação datiloscópica e/ou fazer uma vistoria rigorosa em candidatos (inclusive utilizando detector de metais), e realizar inspeções e vistorias nos pertences do candidato (como mochilas, malas, bolsas, casacos, capacetes etc.).

13.7. O candidato pode ser filmado pelo Igeduc durante a realização das provas e as imagens podem ser usadas para a comparação e/ou a identificação do candidato visando à segurança do certame.

13.8. Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, o Igeduc tem a prerrogativa para entregar ao candidato prova/material substitutivo.

13.9. É proibido a qualquer candidato, sob pena de eliminação deste concurso público, em face da anulação de sua prova:



- 13.9.1. Acessar o prédio de realização das provas objetivas ou qualquer local de avaliação portando equipamento de comunicação, instrumento que permite a transmissão de informações ou dados com outro aparelho localizado fora do prédio, que possibilita o acesso à Internet ou a troca de dados por qualquer meio, ainda que desligado (por exemplo: aparelho celular, relógio digital, *smartwatch*, radiocomunicador etc.);
- 13.9.2. Portar qualquer tipo de arma (facas, canivetes, arma de fogo etc.) nos locais de prova e demais locais de avaliação;
- 13.9.3. For surpreendido, durante a realização das provas, portando óculos escuros, protetor auricular, lápis, lapiseira/grafite, marca-texto e(ou) borracha, bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc.;
- 13.9.4. Entrar no local de prova e demais locais de avaliação após o horário de início dela e com o correspondente fechamento da entrada de acesso ao prédio;
- 13.9.5. Portar ou manusear produtos inflamáveis, químicos ou qualquer outro tipo de material que possa pôr em risco a saúde e a segurança dos demais presentes;
- 13.9.6. Demonstrar comportamento agressivo ou proferir ameaças a outros candidatos ou aos membros do Igeduc, com as autoridades presentes ou com os demais candidatos;
- 13.9.7. Fumar, consumir álcool ou narcóticos nos locais de prova e demais etapas avaliativas;
- 13.9.8. Não permitir a coleta de sua assinatura;
- 13.9.9. Dar ou receber auxílio (com exceção do atendimento especial autorizado) para a realização das provas objetivas;
- 13.9.10. Comunicar-se com outro(s) candidato(s);
- 13.9.11. Utilizar-se de ou portar materiais não autorizados/permitidos, tais como livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos;
- 13.9.12. For surpreendido portando ou utilizando caneta fabricada em material não transparente;
- 13.9.13. Realizar anotações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não os permitidos – caderno de questões, cartão-resposta e caderno de texto definitivo;
- 13.9.14. Ausentar-se ou afastar-se da sala de aplicação de prova sem a devida autorização de fiscal ou sem o devido acompanhamento de fiscal;
- 13.9.15. Ausentar-se ou afastar-se da sala de aplicação de prova portando o caderno de questões ou o cartão-resposta;
- 13.9.16. Não devolver o cartão-resposta ao concluir as suas provas, bem como o caderno de questões caso conclua as provas em tempo inferior ao tempo mínimo previsto para levar consigo referido caderno;
- 13.9.17. Recusar-se a se submeter a detector de metal;
- 13.9.18. Perturbar a ordem dos trabalhos por comportamento indevido;
- 13.9.19. Utilizar-se, ou tentar utilizar, meios fraudulentos ou ilegais para conseguir a própria aprovação ou a de terceiro(s), em qualquer etapa do concurso público.
- 13.10. O descumprimento de qualquer instrução dentre as previstas no item 9 desta seção 4.2, constituirá tentativa de fraude e implicará na eliminação do candidato do concurso público.
- 13.11. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, que o candidato se utilizou de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do concurso público.
- 13.12. É dever do candidato, dentre outras estabelecidas neste edital, sob pena de eliminação:
- 13.13. Obedecer aos coordenadores, fiscais e avaliadores do Igeduc, em todas as etapas do certame;
- 13.14. Se submeter à verificação de detector de metais, quando solicitado, inclusive nas salas, corredores e na entrada e saída dos banheiros, assim como durante o acesso ao prédio de realização do concurso público e a qualquer momento no decorrer da realização do certame;
- 13.15. Manter os cabelos longos presos, quando os possuir, deixando as orelhas à mostra e, quando solicitado, deve permitir que os fiscais verifiquem a inexistência de pontos de escuta eletrônica nos seus ouvidos;



13.16. Portar exclusivamente embalagens feitas de material transparente, inclusive: canetas de tubo transparente, sacos plásticos transparentes, garrafas transparentes etc.;

13.17. Obedecer às normas presentes na sinalização dos locais de avaliação, no Cartão de Confirmação de Inscrição - CCI, neste edital, nos editais de habilitação e em outras publicações oficiais do Igeduc referentes ao certame.

14. Da Estrutura da Avaliação de Conhecimentos.

14.1. As questões da prova objetiva avaliarão habilidades que vão além do mero conhecimento memorizado e abrangem a compreensão, a aplicação, a análise, a síntese e a avaliação, com o intuito de valorizar a capacidade de raciocínio e de resolução de problemas pelo candidato e, portanto, cada item de avaliação pode abordar mais de um tema, habilidade e assunto, assim como as leis, técnicas, atribuições e normas inerentes ao cargo.

14.2. A prova objetiva pode conter textos, imagens, gráficos e outros recursos complementares às questões a fim de tornar a avaliação de conhecimentos mais completa.

14.3. O candidato deve ler atentamente o enunciado de todas as questões a fim de identificar o comando necessário para responder às mesmas.

14.4. Para cada questão, o candidato deverá marcar apenas 1 (uma) resposta no seu cartão-resposta.

14.5. A PROVA OBJETIVA SERÁ COMPOSTA POR 40 (QUARENTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA E CADA QUESTÃO CONTERÁ QUATRO ALTERNATIVAS (A, B, C E D), DENTRE AS QUAIS APENAS UMA ESTARÁ CORRETA.

14.6. A PROVA SERÁ COMPOSTA POR 15 (QUINZE) QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS E 25 (VINTE E CINCO) QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, CONFORME CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DISPONÍVEL NO ANEXO III DESTE EDITAL.

14.7. SERÁ DESCLASSIFICADO O CANDIDATO QUE OBTIVER NOTA INFERIOR A 20 (VINTE) PONTOS.

14.8. Uma questão será considerada pontuada quando o candidato selecionar a alternativa correta, de acordo com o gabarito definitivo, no cartão-resposta da prova, sem rasuras que afetem a sua correção.

15. Dos Gabaritos e dos Resultados das Provas Objetivas.

15.1. Os gabaritos oficiais preliminares serão divulgados no endereço eletrônico do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/89/>) até o primeiro dia útil após a aplicação das provas objetivas.

15.2. O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito preliminar da prova objetiva ou resultados preliminares de qualquer evento deste concurso, deverá fazê-lo por meio do formulário eletrônico de recurso disponível na Área do Candidato do *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/89/>), durante os períodos determinados no Anexo III deste edital.

15.3. O Igeduc apreciará exclusivamente os gabaritos que forem objeto de recurso por parte dos candidatos e qualquer recurso que não estiver claro, completo, consistente e objetivo, ou cujo teor desrespeite a banca ou traga qualquer palavra ou marca que identifique o autor, será preliminarmente indeferido.

15.4. Todos os recursos serão analisados, as justificativas das alterações ou anulações de gabarito serão divulgadas no endereço eletrônico do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/89/>) e não será aceito pedido de revisão de recursos ou recurso contra o gabarito oficial definitivo.

15.5. Os gabaritos oficiais definitivos das provas objetivas serão publicados na data prevista no cronograma do Anexo III deste edital, juntamente com o resultado preliminar de referidas provas (após aplicação dos critérios de desempate previstos na seção 6.1 deste edital) e o espelho do cartão-resposta do candidato, no endereço eletrônico do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/89/>).

15.6. Na possibilidade de alguma questão da prova objetiva ser anulada para um dado cargo após recurso, a pontuação dela será contabilizada em favor de todos os candidatos a esse cargo, independente de terem recorrido.

15.7. Na possibilidade de alguma questão da prova objetiva, de um dado cargo, ter seu gabarito oficial preliminar alterado após recursos, será considerado o gabarito oficial final durante a correção do cartão-resposta de todos os candidatos a esse cargo, independente de terem recorrido.

15.8. Em atendimento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (Procedimento Interno nº PI2401423 e e-AUD nº 19388), se houver alteração de gabarito oficial preliminar ou anulação de item integrante de prova adaptada para pessoa com deficiência (PCD), em razão de erro material na adaptação da prova, essa alteração valerá para todos os candidatos.



16. Do Teste de Aptidão Física (TAF)

16.1 Estarão habilitados a participar do Teste de Aptidão Física (TAF), etapa exclusivamente eliminatória, os candidatos aprovados nas provas objetivas e mais bem classificados dentro dos quantitativos a seguir especificados, após a aplicação dos critérios de desempate previstos neste edital:

Cargo	Total de Convocados	Ampla Concorrência	Pessoa com Deficiência
Guarda Civil Municipal	50	45 (quarenta e cinco) primeiros candidatos(as) da lista de Ampla Concorrência	05 (cinco) primeiros candidatos da categoria PCD após os convocados da lista de Ampla Concorrência

16.2 O(a) candidato(a) habilitado(a) para o TAF e que comparecer ao exame será considerado “Apto(a)”, “Inapto(a)” ou “Faltoso(a)”.

16.3 Será considerado(a) “Apto(a)” no TAF o(a) candidato(a) que atingir a performance mínima em todos os testes que compõem o TAF.

16.3.1 Será considerado(a) “Inapto(a)” no TAF e, conseqüentemente, eliminado(a) do concurso público, o(a) candidato(a) que: não apresentar o atestado médico específico; deixar de realizar algum dos testes; ou infringir qualquer proibição prevista neste edital, independentemente do resultado alcançado nos testes físicos.

16.4 Será considerado(a) “Faltoso(a)” e, conseqüentemente, eliminado(a) do concurso público, o(a) candidato(a) que não comparecer ao TAF, no dia, local e horário especificados na Lista de Convocação específica.

16.5 Os testes previstos para o TAF serão realizados em uma única oportunidade e em apenas uma única tentativa.

16.6 Entre a realização de um teste e outro será respeitado um intervalo mínimo de 5 (cinco) minutos.

16.7 O(A) candidato(a) que não alcançar o índice mínimo exigido em qualquer um dos testes, será considerado(a) “Inapto(a)” e, conseqüentemente, eliminado(a) do concurso.

16.8 Para a realização do TAF, o(a) candidato(a) habilitado(a) deverá comparecer em data, local e horário a serem divulgados na data prevista no cronograma contido neste edital, vestindo roupas e sapatos apropriados para a prática de atividade física, munido(a) de documento de identidade original e de atestado médico (original ou cópia autenticada em cartório), específico para tal fim, onde será submetido(a) à identificação.

16.9 Caso o(a) candidato(a) esteja impossibilitado(a) de apresentar, no dia de realização desta Etapa avaliativa, o seu documento de identificação original – por motivo de perda, furto ou roubo – deverá apresentar um Boletim de Ocorrência com data de emissão de até 30 (trinta) dias anteriores à data de realização do exame comprovando o motivo de não possuir o documento requisitado e, assim, o(a) candidato(a) será submetido(a) à identificação especial, compreendendo a coleta de dados, de assinatura, de impressão digital e o registro fotográfico.

16.10 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar a convocação, assim como seu comparecimento, em dia, hora e local corretos, conforme Lista de Convocação divulgada no endereço eletrônico <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>.

16.11 O(a) candidato(a) somente poderá realizar o TAF na data, horário, local e sala constantes da Lista de Convocação, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento para justificar o seu atraso ou a sua ausência ou a sua apresentação em dia, horário ou local diferentes dos estabelecidos na Lista de Convocação.

16.12 O TAF será aplicado por comissão designada pelo Igeduc, formada por pessoal de apoio técnico (árbitros credenciados e pessoal treinado) para os registros das marcas dos candidatos, e profissionais graduados em Educação Física e com registros no Conselho Regional de Educação Física, aos quais caberá, dentre outras funções, a coordenação e o acompanhamento do trabalho desse pessoal de apoio. Todo o processo será vistoriado pela Comissão de Fiscalização do concurso público.

16.13 Para a realização do TAF, é obrigatória a apresentação de atestado médico, em formato original ou cópia autenticada em cartório, no qual deverá conter, expressamente: a informação de que o(a) candidato(a) está apto(a) para realizar os exercícios que compõem o TAF do concurso; local, data, nome e número do CRM do profissional médico



que o elaborou, os quais poderão ser certificados mediante carimbo do médico ou impresso eletrônico, relativos ao médico que emitiu o atestado, acompanhado da assinatura do mesmo, tudo devidamente legível e com data de emissão de, no máximo, 30 (trinta) dias anteriores à realização do TAF.

16.14 O atestado médico emitido digitalmente deverá ser levado impresso no dia do TAF. Deverá, ainda, conter a assinatura do profissional por certificação digital e o código de autenticação documental.

16.15 O(a) candidato(a) que deixar de apresentar o atestado médico, ou apresentá-lo em desacordo com este edital, será impedido(a) de realizar o TAF, sendo, conseqüentemente, eliminado(a) do concurso.

16.16 O atestado médico apresentado será retido pelo Igeduc.

16.17 O atestado médico deverá ser apresentado e entregue, obrigatoriamente, no momento de identificação do(a) candidato(a) para a realização do TAF, antes do início dos exercícios, não sendo aceita a entrega em outro momento.

16.18 O(a) candidato(a) que se recusar a realizar algum dos exercícios que compõem o TAF será eliminado(a) do concurso.

16.19 O(a) candidato(a) que se recusar a ter o seu Teste de Aptidão Física gravado em vídeo será eliminado do concurso.

16.20 O aquecimento e/ou alongamento para realização dos testes físicos serão de responsabilidade do(a) candidato(a), não sendo permitido o acompanhamento de qualquer pessoa estranha ao certame.

16.21 Não haverá segunda chamada ou repetição do TAF, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do(a) candidato(a).

16.22 Não será fornecido lanche aos candidatos, nem haverá lanchonete disponível no local de realização do TAF, sendo permitido ao(a) candidato(a) levar seu próprio lanche.

16.23 Nenhum(a) candidato(a) poderá se retirar do local de realização dos testes físicos sem a devida autorização dos membros do Igeduc, sob pena de eliminação no concurso.

16.24 O(a) candidato(a) deverá assinar a lista de presença fornecida no local do TAF.

16.25 O(a) candidato(a), para ingressar no local de realização do TAF, deverá obedecer às regras que tratam das medidas de segurança na aplicação de provas presenciais, dentre as quais a proibição de acessar o prédio de realização do TAF portando equipamento de comunicação, instrumento que permite a transmissão de informações ou dados com outro aparelho localizado fora do prédio, que possibilita o acesso à Internet ou a troca de dados por qualquer meio, ainda que desligado (por exemplo: celular, relógio digital, smartwatch, radiocomunicador etc.), sob pena de eliminação do concurso.

16.26 Os objetos pessoais dos candidatos, tais como bolsas, utensílios, sacolas ou similares ficarão em local indicado pela equipe do Igeduc, sendo permitido apenas a utilização de equipamentos que permitam sua hidratação durante a realização dos testes físicos.

16.27 Caso as condições meteorológicas ou outro fato de força maior não permitam ou coloquem em risco a realização do TAF, o Igeduc poderá interromper e/ou cancelar a realização dos testes físicos, com o objetivo de garantir a integridade física dos candidatos, evitando prejuízos ao seu desempenho.

16.28 O Igeduc poderá reconhecer a existência de fatores de ordem técnica, não provocados pelo(a) candidato(a), que venham a prejudicar seu desempenho, sendo oportunizada a possibilidade de nova realização dos testes.

16.29 Os casos de alteração psicológica e/ou fisiológica temporários (estado menstrual, câibras, indisposições, contusões, luxações, fraturas etc.), que venham a ser apresentados pelos candidatos e impossibilitem a realização do TAF, não serão levados em consideração, para qualquer tipo de tratamento diferenciado.

16.30 À candidata que, no dia da realização do TAF, apresentar atestado médico que comprove seu estado de gravidez ou puerperal, será facultada nova data para a realização da referida Etapa.

16.31 A candidata que comprove seu estado de gravidez ou puerperal e esteja habilitada para o TAF no cargo de Guarda Civil Municipal, deverá apresentar um atestado médico para cada teste.

16.32 A candidata deverá comparecer ao local, na data e no horário de realização do TAF, munida de atestado médico original, ou de cópia autenticada em cartório, no qual deverá constar, expressamente, o estado de gravidez ou puerperal, o período gestacional em que se encontra, a data provável do parto, bem como a data, a assinatura, o carimbo e o CRM do profissional que o emitiu.



16.33 O atestado médico deverá ser entregue no momento de identificação da candidata para a realização do TAF, não sendo aceita a entrega de atestado médico em outro momento.

16.34 A candidata que não entregar o atestado médico citado e se recusar a realizar o TAF, alegando estado de gravidez ou puerperal, será eliminada do concurso.

16.35 A candidata que apresentar o atestado médico que comprove estado de gravidez ou puerperal e, ainda assim, desejar realizar o TAF, deverá apresentar atestado em que conste, expressamente, que está apta a realizar o TAF ou a realizar todos os exercícios físicos que o compõem.

16.36 O(a) candidato(a) que realizar o TAF só conhecerá o resultado do referido exame por meio da divulgação do resultado preliminar desta respectiva Etapa.

16.37 O(a) candidato(a) que infringir qualquer proibição prevista neste edital, independentemente do resultado dos testes, será eliminado(a) do concurso.

16.38 Não haverá adaptação do TAF às condições do(a) candidato(a), de modo que não ocorrerá tratamento diferenciado a nenhum(a) candidato(a), independentemente das circunstâncias alegadas ou de situações que impossibilitem, diminuam ou limitem a capacidade física e(ou) orgânica do(a) candidato(a), ocasionadas antes ou durante a realização do exame de aptidão física, ou seja, o(a) candidato(a) deverá realizar os testes de acordo com o previsto no edital de abertura e na Lista de Convocação.

16.39 O disposto no item anterior desta Seção do edital não se aplica ao(à) candidato(a) inscrito(a) na condição de pessoa com deficiência que tenha solicitado atendimento especial (adaptação de teste) na forma e no prazo definidos no item 3.7 deste edital, e que tenha tido o seu pedido deferido mediante publicação da listagem definitiva de inscritos, prevista no cronograma contido no Anexo II deste edital.

16.40 As dúvidas, as controvérsias e os casos não previstos neste edital serão apresentados à Comissão de Fiscalização do Concurso Público, para deliberação em conjunto com o Igeduc sempre que necessário.

16.41 Os imprevistos ocorridos durante a realização do teste de aptidão física serão dirimidos pelo coordenador da banca examinadora.

16.42 Os resultados preliminar e definitivo desta Etapa serão divulgados nas datas previstas no cronograma contido no Anexo II deste edital, no site <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>, sendo assegurado ao(à) candidato(a) a interposição de recurso no período de 3 (três) dias, a contar da data de divulgação de referido resultado preliminar.

17. Dos Parâmetros de Avaliação Física.

17.1. O Teste de Aptidão Física será realizado de acordo com os seguintes parâmetros estabelecidos na Lei Municipal de Itapissuma Nº 1.079/2020:

TESTE	Sexo	Índice Mínimo	Tempo	Tentativas
TESTE EM BARRA FIXA	Masculino	03 flexões, em pronação sem tomada de impulso	n/a	1
	Feminino	Suspensão, em pronação ou supinação	Mínimo de 10 segundos	1
FLEXÃO ABDOMINAL (SUPRA)	Masculino	Mínimo de 30	Máximo de 60 seg	1
	Feminino	Mínimo de 25	Máximo de 60 segundos	1
CORRIDA DE 12 MINUTOS	Masculino	2.400 metros	12 minutos	1
	Feminino	2.000 metros	12 minutos	1
NATAÇÃO ESTILO LIVRE	Masculino	50 metros	4 minutos	1
	Feminino	50 metros	4 minutos e 15 segundos	1

17.2. **TESTE DE FLEXÃO DINÂMICA DE BRAÇO NA BARRA FIXA (SEXO MASCULINO):** Esta prova não terá limite de tempo, devendo ser realizada a quantidade de repetições mínimas exigidas. A partir da posição inicial, dependurado na barra com os braços estendidos, o executante deverá realizar flexão ultrapassando a linha do queixo, na posição normal (olhando para frente), acima da linha superior da barra, retornando à posição anterior. As mãos deverão estar em



pronação. Durante a execução, deve-se manter o corpo retesado, como se houvesse uma linha reta partindo do calcanhar até o ombro, não sendo permitido balanceios.

17.3. TESTE DE FLEXÃO ESTÁTICA DE BRAÇO NA BARRA FIXA (SEXO FEMININO): A candidata deverá permanecer em flexão e suspensa na barra fixa durante o tempo mínimo exigido. A partir da posição inicial, suspensa em flexão na barra fixa, a candidata deverá permanecer ultrapassando a linha do queixo da linha superior da barra e olhando para frente. As mãos deverão estar em supinação. Durante a execução, deve-se manter o corpo retesado, como se houvesse uma linha reta partindo do calcanhar até o ombro, não sendo permitido balanceios.

17.4. TESTE DE ABDOMINAL COM PERNAS FLEXIONADAS MODO SUPRA (AMBOS OS SEXOS): Deverá ser realizado o número mínimo exigido de repetições no tempo de 01 (um) minuto. Partindo da posição de decúbito dorsal, as pernas devem estar flexionadas com os joelhos em um ângulo de aproximadamente 45º, os antebraços cruzados sobre a face anterior do tórax e as palmas das mãos ficam sobre a face anterior dos ombros com o dedo médio e o indicador tocando a clavícula. Os pés ficam colocados um ao lado do outro sobre a área de teste com a abertura próxima à dos ombros. Os pés serão seguros por outra pessoa da comissão de avaliação para mantê-los em contato com a área de teste, com as plantas dos pés voltadas para baixo e as mãos devem permanecer em contato com os ombros durante toda a execução. A partir da posição inicial, acima descrita, realiza-se um movimento de contração da musculatura abdominal, elevando o tronco ao mesmo tempo em que se eleva os braços até o nível em que ocorra o contato dos cotovelos da metade da coxa até os joelhos e depois retorna à posição inicial, até que toque a área de teste pelo menos com a metade superior das escápulas (parte superior das costas).

17.5. TESTE DE CORRIDA DE 12 (DOZE) MINUTOS (AMBOS OS SEXOS): Será realizado com partida livre, podendo o candidato caminhar durante a prova, entretanto deverá concluí-la no tempo mínimo previsto. A partir do início da prova não será permitido sair da pista, até a conclusão do percurso. Caso não conclua a prova, o candidato será desclassificado. A tomada de tempo será feita pela comissão avaliadora através de cronômetro ou relógio digital em minutos e segundos.

17.6. A metodologia para a preparação e execução do TESTE DE NATAÇÃO (ESTILO LIVRE), para os candidatos dos sexos masculino e feminino, será a seguinte: I. Ao comando "em posição", o candidato deverá posicionar-se em pé, na borda da piscina, pronto para iniciar o teste; II. Ao comando da banca examinadora, emitido por sinal sonoro, o candidato deverá saltar na piscina e nadar 50 (cinquenta) metros em nado livre, qualquer estilo; III. Na virada será permitido tocar a borda e impulsionar-se na parede; IV. A chegada dar-se-á quando o candidato tocar, com qualquer parte do corpo, a borda de chegada.

17.7. Não será permitido ao candidato que realizar o TESTE DE NATAÇÃO (ESTILO LIVRE): I. Apoiar-se ou impulsionar-se na borda lateral, na parede lateral ou na raia; II. Na virada, parar na borda; III. Apoiar-se no fundo da piscina; IV. Dar ou receber qualquer ajuda física; V. Utilizar qualquer acessório que facilite o ato de nadar, exceto touca e óculos próprios para natação.

17.8. O TESTE DE NATAÇÃO (ESTILO LIVRE) do candidato será interrompido caso ocorra quaisquer das proibições do subitem anterior, o que ocasionará eliminação do teste físico.

17.9. O TESTE DE NATAÇÃO (ESTILO LIVRE) deverá ser realizado em piscina com a extensão de 25 (vinte e cinco) metros, sem bloco de partida e dividida em raias.

18. Da Avaliação Psicológica

18.1 Estarão habilitados a participar da avaliação psicológica – etapa exclusivamente eliminatória – os candidatos convocados para o Teste de Aptidão Física.

18.2 Os requisitos psicológicos para o desempenho no cargo serão estabelecidos previamente, por meio de estudo científico das atribuições e responsabilidades do cargo, ou seja, descrição detalhada das atividades e tarefas, identificação dos conhecimentos, habilidades e características pessoais necessários para sua execução e identificação de características restritivas ou impeditivas para o cargo.

18.3 A avaliação psicológica poderá consistir na aplicação coletiva e(ou) individual de instrumentos, capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.



18.4 São requisitos da avaliação psicológica as características de personalidade, a capacidade intelectual e as habilidades específicas, definidos em consonância com o estudo científico já mencionado.

18.5 A avaliação psicológica será realizada por banca examinadora constituída por psicólogos regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia.

18.6 A Avaliação Psicológica ocorrerá dentro dos parâmetros estabelecidos no Decreto Federal nº 9.739/2019 e nas Resoluções do Conselho Federal de Psicologia nº 10/2005, nº 02/2016, nº 06/2019 e nº 31/2022.

18.7 Os candidatos deverão comparecer ao local da Avaliação Psicológica com, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) minutos de antecedência, munidos de documento de identidade com foto (original), conforme item 5 da Seção 4.1.1 deste edital, e de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

18.8 Caso o candidato esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização desta Etapa avaliativa, o seu documento de identificação original – por motivo de perda, furto ou roubo – deverá apresentar um Boletim de Ocorrência com data de emissão de até 30 (trinta) dias anteriores à data de realização do exame comprovando o motivo de não possuir o documento requisitado e, assim, o candidato será submetido à identificação especial, compreendendo a coleta de dados, de assinatura, de impressão digital e o registro fotográfico.

18.9 Não será admitido, em hipótese alguma, o ingresso de candidato no local de realização da Avaliação Psicológica após o horário fixado para o seu início.

18.10 Em hipótese alguma será aplicada a Avaliação Psicológica fora do espaço físico, da data e do horário determinados na Lista de Convocação para esta Etapa do certame.

18.11 Antes do ingresso na sala da Avaliação Psicológica, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

18.12 O candidato, para ingressar no local de realização da Avaliação Psicológica, deverá obedecer às mesmas regras instituídas na seção 4.6 deste edital, no que couber, que tratam das medidas de segurança na aplicação de provas presenciais, dentre as quais a proibição de acessar o prédio de realização da avaliação psicológica portando equipamento de comunicação, instrumento que permite a transmissão de informações ou dados com outro aparelho localizado fora do prédio, que possibilita o acesso à Internet ou a troca de dados por qualquer meio, ainda que desligado (por exemplo: celular, relógio digital, smartwatch, radiocomunicador etc.), sob pena de eliminação do concurso.

18.13 Os objetos pessoais dos candidatos, tais como bolsas, utensílios, sacolas ou similares ficarão em local indicado pela equipe do Igeduc, sendo permitido apenas a utilização de equipamentos que permitam sua hidratação durante a realização da avaliação.

18.14 O resultado da avaliação psicológica será obtido por meio da análise de todos os instrumentos psicológicos utilizados, considerando os critérios estabelecidos, a partir do estudo científico do cargo, os quais deverão ser relacionados aos requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

18.15 Na avaliação psicológica o candidato será considerado “Apto”, “Inapto” ou “Faltoso”.

18.16 Será considerado “Apto” o candidato que apresentar características de personalidade, capacidade intelectual e habilidades específicas, de acordo com os requisitos psicológicos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

18.17 Será considerado “Inapto” o candidato que apresentar características restritivas ou impeditivas e(ou) não apresentar características de personalidade, capacidade intelectual, habilidades específicas, isolada ou cumulativamente, de acordo com os requisitos psicológicos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

18.18 Será considerado “Faltoso” o candidato que não comparecer à avaliação psicológica, embora convocado.

18.19 A inaptidão na avaliação psicológica não significa, necessariamente, incapacidade intelectual ou existência de transtornos de personalidade; indica apenas que o candidato não atendeu aos requisitos para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo pretendido.

18.20 O candidato considerado “Inapto” na avaliação psicológica ou que não comparecer à avaliação (“Faltoso”), no local, na data e no horário previsto para a sua realização, conforme edital específico de convocação desta Etapa, será eliminado do concurso.

18.21 A publicação do resultado da avaliação psicológica listará apenas os candidatos considerados “Aptos”, em obediência ao que preceitua o artigo 6º da Resolução nº 02/2016, do Conselho Federal de Psicologia.



18.22 Será assegurado ao candidato “Inapto” conhecer as razões que determinaram a sua inaptidão, por meio do procedimento de Entrevista Devolutiva, bem como a possibilidade de interpor recurso.

18.23 A Entrevista Devolutiva é o procedimento técnico, de caráter exclusivamente informativo, no qual um psicólogo contratado pelo Igeduc explica ao candidato o seu resultado e esclarece suas eventuais dúvidas.

18.24 A Entrevista Devolutiva será realizada de forma presencial ou telepresencial, nos termos da Lista de Convocação.

18.25 O resultado obtido na avaliação psicológica poderá ser conhecido apenas pelo candidato ou pelo candidato com o auxílio de um psicólogo constituído às suas expensas, que irá assessorá-lo, no local e perante o psicólogo designado pelo Igeduc.

18.26 O psicólogo contratado pelo candidato, se for o caso, deverá apresentar, no ato da Entrevista Devolutiva, a comprovação do registro no Conselho Regional de Psicologia, ou seja, a sua Carteira de Identidade Profissional de Psicólogo.

18.27 Na Entrevista Devolutiva, serão apresentados aos psicólogos constituídos e apenas a esses, os Manuais Técnicos dos testes aplicados no certame, que não são comercializados.

18.28 Não será permitido ao candidato, nem ao psicólogo contratado, gravar a Entrevista Devolutiva, tampouco retirar, fotografar e(ou) reproduzir os manuais técnicos, os testes psicológicos e as folhas de respostas do candidato, sob pena de eliminação do concurso público.

18.29 O candidato e o psicólogo contratado, quando for o caso, somente poderão ter acesso à documentação pertinente à Avaliação Psicológica do candidato na presença de um psicólogo da banca examinadora.

18.30 Após a Entrevista Devolutiva, o candidato que desejar poderá interpor recurso, orientado ou não pelo seu psicólogo representante.

18.31 Será facultado ao candidato anexar outros documentos ao interpor seu recurso, devendo observar que o recurso administrativo levará em conta os resultados apresentados pelo candidato no momento da avaliação psicológica do certame.

18.32 A banca avaliadora dos recursos será independente da banca examinadora, ou seja, será composta por psicólogos que não participaram das outras fases da Avaliação Psicológica.

18.33 Os resultados preliminar e definitivo desta Etapa serão divulgados nas datas previstas no cronograma contido no Anexo II deste edital, no site <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>, sendo assegurado ao candidato a interposição de recurso no período de 3 (três) dias, a contar da data de divulgação de referido resultado preliminar.

19. Do Exame de Saúde

19.1 Estarão habilitados a participar desta Etapa de Exame de Saúde – Etapa exclusivamente eliminatória, os candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal convocados para o Teste de Aptidão Física.

19.2 O Exame de Saúde visa verificar as condições de saúde e a existência de eventuais doenças, condições, sinais ou sintomas incapacitantes dos candidatos, que, caso constatados, serão informados no momento do resultado preliminar, sendo possível a impetração de recurso contra referido resultado, no período previsto no Anexo II deste edital.

19.3 Os exames solicitados para a Etapa de Exame Médico serão providenciados pelo próprio candidato, devendo permitir a avaliação da condição de saúde do candidato e da aptidão para o exercício do cargo.

19.4 A critério da comissão avaliadora da etapa do Exame de Saúde, poderão ser solicitados exames complementares aos constantes deste edital.

19.5 Os relatórios das avaliações médicas especializadas, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica instituída pelo Igeduc.

19.6 A partir da análise e conferência dos exames laboratoriais e complementares, os candidatos serão considerados “Apto(a)”, “Inapto(a)” ou “Inapto(a) Temporariamente”, conforme definições a seguir:

19.6.1 “Apto(a)” para o(a) candidato(a) que fez a entrega de todas os documentos médicos relacionadas neste edital, dentro do prazo estabelecido, e que na conferência do material não foi encontrada pendência de qualquer natureza e, ainda que, não tenha sido enquadrado em nenhuma condição incapacitante constatada e informada por meio dos resultados preliminar e definitivo desta Etapa;



19.6.2 “Inapto(a) Temporariamente” para o(a) candidato(a) que, a critério da banca examinadora desta Etapa de Exame de Saúde, tenha que providenciar, de imediato, avaliação de especialistas ou realizar, também de imediato e às suas custas, novo(s) exame(s) complementar(es) não relacionadas no item 7 desta Seção do edital, que se torne(m) necessário(s) para firmar um diagnóstico, visando a dirimir eventuais dúvidas, sendo este(a) candidato(a) convocado(a) para uma nova apresentação em data estabelecida;

19.6.3 “Inapto(a)” para o(a) candidato(a) que não satisfizer, pelo menos, uma das condições descritas na alínea “a” deste item 6 desta Seção do edital ou, tendo sido considerado(a) “Inapto(a) Temporariamente” e sua situação não tenha sido revertida.

19.7 As requisições para o Exame Médico são as seguintes: a) Hemograma completo com plaquetas; b) Dosagens de glicose, ureia, creatinina, ácido úrico, AST e ALT; c) Grupo sanguíneo; d) Fator Rh; e) Sorologia para Doença de Chagas por imunofluorescência; f) HBSAG; g) Anti-HBC-IGG; h) VDRL; i) Coagulograma completo (TAP, TTPA e tempo de sangria); j) Exame de Urina (Sumário); k) Ecocardiograma transtorácico (imagem e laudo); l) Eletrocardiograma (imagem e laudo); m) Eletroencefalograma (imagem e laudo); n) Ecografia de abdome total e vias urinárias (imagem e laudo); o) Audiometria; p) Exame oftalmológico completo (acuidade visual com e sem correção, pressão intraocular e fundo de olho, inclusive avaliação cromática); q) Laudo ortopédico relativo ao aparelho locomotor e ao aparelho osteoarticular; r) Laudo de Sanidade Mental emitido por médico psiquiatra; s) Raio-X do Tórax em PA e perfil (imagem e laudo); t) Raio-X da Coluna cervical em AP e perfil (imagem e laudo); Raio-X da Coluna lombossacra em AP e perfil (imagem e laudo).

19.8 Não serão recebidos os documentos médicos relacionados no item 7 desta Seção do edital fora do período estabelecido para entrega, nos termos da Lista de Convocação para esta Etapa.

19.9 Em todos os exames laboratoriais e complementares e nos laudos médicos decorrentes de avaliações médicas especializadas, além do nome, CPF e/ou nº do documento de Identificação e data de nascimento do candidato, deverão constar obrigatoriamente, a assinatura, a especialidade e o número do registro no órgão de classe específico do profissional responsável, sendo motivo de inautenticidade destes a inobservância ou a omissão do referido número.

19.10 No caso dos exames de imagem e radiológicos, além do laudo médico descritivo, o candidato deverá, obrigatoriamente, apresentar as imagens nítidas e em alta resolução.

19.11 Os relatórios das avaliações médicas especializadas, os exames laboratoriais e complementares apresentados serão considerados em seu conjunto e de forma criteriosa pela junta médica, em complementação à avaliação médica das condições de saúde.

19.12 Toda a documentação apresentada pelo candidato convocado será analisada por Bancas Examinadoras compostas por profissionais habilitados, inscritos e regulares junto ao Conselho Regional de Medicina.

19.13 Quanto ao Exame Toxicológico, de caráter confidencial, a ser realizado e custeado pelo candidato, devem ser observadas as orientações a seguir descritas, e o que for estabelecido na Lista de Convocação específica para esta Etapa:

19.13.1 deverá ser do tipo de “larga janela de detecção”, que acuse uso de substâncias entorpecentes ilícitas causadoras de dependência química ou psíquica de qualquer natureza, e deverá apresentar resultado negativo para um período mínimo de 90 (noventa) dias anteriores à data da coleta, abrangendo os seguintes grupos de drogas: cocaína e derivados; maconha e derivados; metanfetaminas; anfetaminas; ecstasy (MDMA e MDA); opiáceos e derivados; e penicilidina (PCP);

19.13.2 deverá ser realizado em laboratório especializado, a partir de amostra de materiais biológicos, exclusivamente cabelos ou pelos, doados pelo candidato, conforme procedimentos padronizados de coleta, encaminhamento do material, recebimento de resultados e estabelecimento de contraprova;

19.13.3 o resultado do exame para detecção do uso de drogas ilícitas ficará sigiloso junto ao Igeduc, que obedecerá ao que prescreve a norma referente à salvaguarda de documentos classificados, sob pena de responsabilidades, conforme legislação vigente.

19.14 O resultado da análise do Exame Toxicológico será expresso por uma das seguintes menções:

19.14.1 “Apto(a)” para o(a) candidato(a) que tiver obtido resultado negativo para todas as substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico;

19.14.2 “Inapto(a) Temporariamente” para o(a) candidato(a) que estiver impossibilitado(a) de entregar o resultado do seu exame na data prevista, por atraso na chegada do resultado devido a problemas com o laboratório ou com a postagem do material, contanto que comprove ter se submetido à coleta de material em laboratório credenciado dentro do prazo estabelecido;



19.14.3 “Inapto(a)” para o(a) candidato(a) que tiver obtido resultado positivo para uma ou mais substâncias entorpecentes ilícitas que foram objeto do Exame Toxicológico.

19.15 As condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam os candidatos para o exercício do cargo, quando detectadas pela junta médica e mantidas em resultado definitivo desta Etapa, serão considerados para efeito de eliminação no concurso público.

19.16 Será eliminado(a) do concurso público o(a) candidato(a) que:

19.16.1 não apresentar documentação/exames/laudos exigidos em conformidade com este edital, ou qualquer outro documento que porventura venha a ser solicitado pela Banca Examinadora, na forma e no prazo estabelecidos;

19.16.2 for considerado(a) “Inapto(a)”, conforme condição incapacitante constatada e informada por meio do resultado preliminar e mantida em resultado definitivo desta Etapa.

20. Da Investigação Social

20.1 A investigação social tem caráter eliminatório e será realizada para todos os candidatos convocados para o Teste de Aptidão Física.

20.2 A avaliação de comportamento e de idoneidade moral dos candidatos convocados para esta Etapa far-se-á através de Investigação Social, a ser conduzida pelo Setor de Inteligência e pela Corregedoria da Guarda Civil Municipal de Itapissuma (PE).

20.3 A Investigação Social visa a averiguar a vida pregressa e atual do candidato em todos os aspectos da vida em sociedade, quer seja social, moral, profissional, escolar, dentre outras possíveis, impedindo que pessoa com perfil incompatível ingresse como Guarda Civil Municipal de Itapissuma (PE).

20.4 São fatos que afetam o procedimento irrepreensível e a idoneidade moral inatacável:

20.4.1 habitualidade no descumprimento dos deveres de assiduidade, pontualidade, discrição e urbanidade;

20.4.2 prática de ato de deslealdade às instituições constitucionais e administrativas;

20.4.3 manifestação de desprezo às autoridades e a atos da administração pública,

20.4.4 habitualidade em descumprir obrigações legítimas,

20.4.5 relacionamento ou exibição em público com pessoas de notórios e desabonadores antecedentes criminais ou morais;

20.4.6 prática de ato que possa importar em escândalo ou comprometer a função de segurança do Sistema Penal,

20.4.7 frequência a locais incompatíveis com o decoro das funções de Guarda Civil;

20.4.8 vício de embriaguez, uso ou dependência de substâncias entorpecentes e drogas ilícitas, prática de ato tipificado como infração penal ou qualquer prática atentatória à moral e aos bons costumes;

20.4.9 contumácia na prática de transgressões disciplinares, e,

20.4.10 participação ou filiação como sócio, membro ou dirigente de entidade ou organização cujo funcionamento seja legalmente proibido ou contrário às instituições constitucionais ou ao regime vigente.

20.4.5 Os candidatos serão convocados a comparecer ao local indicado na Lista de Convocação para entrega da Ficha de Informações Confidenciais (FIC) da Investigação Social, de acordo com as informações constantes da Lista de Convocação específica para esta Etapa, a ser publicada na data prevista no cronograma contido no Anexo II deste edital.

20.4.6 É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento da Ficha de Informações Confidenciais (FIC).

20.4.7 O próprio candidato fornecerá os dados para tal averiguação, autorizando sua realização e se responsabilizando pela veracidade das informações apresentadas.

20.4.8 O candidato será responsável pela veracidade dos dados, fatos e documentos por ela apresentados nas Etapas do concurso, inclusive nesta, de modo que irregularidades, inconsistências ou omissões constatadas implicam na sua reprovação e conseqüente eliminação do concurso.

20.4.9 Após a entrega da FIC pelo candidato e já tendo sido iniciado os procedimentos de avaliação da conduta social, da reputação e da idoneidade, caso ocorram fatos novos referentes aos dados e informações declaradas e/ou documentos juntados e que envolvam diretamente a pessoa do candidato, ele deverá, de imediato, informar por escrito ao Município de Itapissuma (PE), nos termos da Lista de Convocação, devendo anexar, nos casos em que houver, uma cópia da documentação comprobatória referente ao fato novo ocorrido.



20.4.10 A obrigação descrita no item 8 desta Seção do edital deve ser cumprida pelo candidato durante todo o período que antecede sua nomeação ao cargo, cujo não atendimento poderá determinar a sua reprovação no certame

20.4.11 No resultado da Investigação Social será atribuída aos candidatos a situação de “Apto(a)” ou “Inapto(a)”.

20.4.12 Quando na Investigação Social de um candidato concluir-se por sua incompatibilidade com o cargo de Guarda Civil Municipal, deverá ser elaborado um relatório circunstanciado, em que constem as situações que o inabilitem ao exercício do cargo, para fins de notificação do candidato pelo Município de Itapissuma (PE).

20.4.13 Esta Etapa é realizada por força de legislação, que estabelece a apuração da conduta e idoneidade do candidato, sendo a exigência de conduta irrepreensível, apurada em investigação sigilosa.

20.4.14 Em razão do caráter sigiloso e pessoal dos procedimentos de avaliação da conduta social, da reputação e da idoneidade, que instruem quanto à identificação do histórico da conduta do candidato para ingresso como Guarda Civil Municipal de Itapissuma (PE), o candidato isentará de qualquer responsabilidade as pessoas, empresas e estabelecimentos de ensino que prestarem informações sobre sua pessoa à Instituição, cabendo à administração do concurso resguardar o sigilo da fonte dos dados, informações e documentos, em cumprimento ao inciso X e XXXIII do artigo 5º e inciso II do § 3º do artigo 37, todos da Constituição Federal.

20.4.15 A publicação dos resultados preliminar e definitivo da investigação social no site <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>, listará apenas os candidatos considerados “Aptos”, sendo assegurado o direito de recurso aos “Inaptos” no prazo de 3 (três) dias a contar de referido resultado preliminar, direcionado ao Município de Itapissuma (PE).

21. Do Curso de Formação Profissional

21.1. Estarão habilitados a participar dos Curso de Formação Profissional de Guarda Civil Municipal de Itapissuma (PE), etapa de caráter exclusivamente eliminatório, os candidatos CONVOCADOS E APTOS NAS ETAPAS ANTERIORES a esta (Teste de Aptidão Física, Avaliação Psicológica, Investigação Social e Exame de Saúde), neste concurso.

21.2. O Curso de Formação deve seguir a MATRIZ CURRICULAR NACIONAL DA SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENASP/MJSP) para Guardas Municipais, com carga horária de 476 (quatrocentas e setenta e seis) horas-aula (Sem armamento) e 572 (quinhentas e setenta e duas) horas-aula (Completo, quando a Guarda utilizar Armamento), de caráter eliminatório e classificatório (*Lei Municipal Nº 1.079/2020, do Município de Itapissuma*).

21.3. O Curso de Formação será ministrado em período integral, podendo ocorrer, inclusive, aos sábados, domingos e feriados e horários noturnos (*Lei Municipal Nº 1.079/2020, do Município de Itapissuma*).

21.4. Para a realização do Curso de Formação de que trata a **Lei Municipal Nº 1079/2020**, e quando achar necessário, a Administração poderá celebrar convênios com organismos policiais ou com outras entidades públicas ou privadas voltadas à área de segurança e de acordo com a legislação vigente (*Lei Municipal Nº 1.079/2020, do Município de Itapissuma*).

21.5. O Curso de Formação será regido por edital próprio, a ser divulgado pelo Município de Itapissuma (PE) após o resultado definitivo do processo de concurso público (*Lei Municipal Nº 1.079/2020, do Município de Itapissuma*).

22. Da Classificação dos Candidatos.

22.1. Estarão classificados no presente concurso público os candidatos devidamente inscritos e que não tenham sido eliminados ou que não constem como faltosos após todas as etapas do concurso público.

22.2. Os candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal, aprovados, serão classificados mediante as notas obtidas nas provas objetivas, após a aplicação dos respectivos critérios de desempate elencados na seção 25.1 deste edital.

22.3. Os candidatos ao cargo de Guarda Civil Municipal, aprovados, serão classificados mediante o somatório das notas obtidas nas etapas do certame, após a aplicação dos respectivos critérios de desempate elencados na seção 25.1 deste edital.

22.4. Os resultados preliminar e definitivo do presente concurso público serão divulgados em listas classificatórias distintas por etapa, ordenadas em função da pontuação total no concurso público e contemplarão os candidatos classificados em todas as posições, os candidatos eliminados por qualquer motivo, os candidatos faltosos, a pontuação de cada candidato e os critérios de desempate aplicáveis.



22.5. O candidato declarado como pessoa com deficiência (PCD) terá seu nome divulgado na lista de classificação geral (Resultado Definitivo de Ampla Concorrência) e, novamente, em lista específica para esse público (Resultado Definitivo de Pessoa com Deficiência).

22.6. Caberá recurso contra o resultado preliminar do presente concurso público, o qual deve ser interposto pelo candidato interessado no prazo previsto no cronograma do Anexo III deste edital, por meio de formulário eletrônico disponível no Portal do Candidato acessível pelo *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

22.7. Os resultados preliminar e definitivo do presente concurso público e de suas etapas, assim como os cadernos de questões, as respostas aos recursos, os gabaritos preliminares e definitivos e todas as demais informações relevantes para a determinação do resultado definitivo do concurso público serão publicados no Portal do Candidato acessível pelo *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

22.8. A homologação do resultado definitivo deste concurso público será feita pelo Município de Itapissuma (PE), por meio de publicação na imprensa oficial.

22.9. Com o objetivo de atender aos princípios da publicidade e razoabilidade, o Município de Itapissuma (PE) promoverá, ainda, a convocação pessoal dos candidatos aprovados, enviando telegrama ao(à) candidato(a), com aviso de recebimento, e e-mail para o endereço eletrônico fornecido no ato da inscrição a fim de comunicá-lo sobre a convocação.

22.10. O material resultante do concurso, incluindo as fichas de inscrição, as relações de inscritos, as listas de presença às provas, as provas escritas, os cartões-respostas, todos os recursos, as relações de classificados e de aprovados, os relatórios da comissão de concurso etc., serão guardados pelo Município de Itapissuma (PE), no mínimo, por 10 (dez) anos ou até que o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) examine e se pronuncie sobre a legalidade de do certame, dos dois, o que acontecer por último.

23. Dos Critérios de Desempate.

23.1. Em caso de empate na classificação no resultado da etapa de provas objetivas e na classificação final do concurso público (resultado definitivo), terá preferência o candidato que atender ao disposto na tabela abaixo, na seguinte ordem:

ORDEM	CRITÉRIO	PARÂMETRO
1º	IDOSO	O candidato idoso é aquele com idade igual ou superior a 60 anos considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição (critério estabelecido na lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa).
2º	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	A pontuação obtida pelo candidato nas questões da área de conhecimentos específicos da prova objetiva.
3º	IDADE	O candidato não idoso mais velho, considerando o ano, o mês e o dia da data de nascimento informada no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição.
4º	JURADO	O candidato que tiver exercido o cargo de jurado, considerando para este fim os dados informados no momento da inscrição por meio do formulário de inscrição.
5º	SORTEIO	Na possibilidade de 2 (dois) ou mais candidatos permanecerem empatados após a aplicação dos critérios anteriores, será realizado sorteio público no Município de Itapissuma (PE), sendo permitida a presença dos candidatos.

23.2. Os candidatos que seguirem empatados até a aplicação do critério de desempate de Idade, serão convocados, antes do resultado final no concurso público, para a apresentação da imagem legível da certidão de nascimento para verificação do horário do nascimento para fins de desempate.

23.3. Para os candidatos convocados para apresentação da certidão de nascimento que não apresentarem a imagem legível da certidão de nascimento, será considerada como hora de nascimento 23 horas 59 minutos e 59 segundos.



23.4. Os candidatos a que se refere do critério de desempate inerente à função de Jurado deverão, no ato de inscrição, enviar, para fins de comprovação da referida função, documentação comprobatória, sendo aceitos certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, relativos ao exercício da função de jurado, nos termos do art. 440 do CPP e alterações.

24. Dos Critérios de Eliminação.

24.1. Será eliminado do concurso público o candidato que apresentar pontuação inferior à nota de eliminação da prova objetiva previstas na seção 4.3 deste edital; que tenha sido habilitado para as etapas do concurso, mas não tenha sido aprovado; ou, que não tenha comparecido a qualquer das Etapas deste concurso público, inclusive quando convocado.

24.2. Será eliminado o candidato que apresentar qualquer informação falsa ou não comprovada por dolo ou culpa em qualquer etapa do certame, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, inclusive a com a anulação da sua contratação.

24.3. Será eliminado o candidato que, a qualquer momento, agir com descortesia, desrespeito, ameaça ou de modo contrário à ética ou à legalidade contra qualquer membro do Igeduc, da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público ou dos demais candidatos, seja pessoalmente, por telefone ou por escrito.

24.4. Será eliminado o candidato que não apresentar o documento de identificação oficial original ou boletim de ocorrência quando solicitado ou que dificultar, por qualquer meio, a sua identificação em qualquer etapa deste concurso público.

24.5. A ausência do candidato, por qualquer motivo, tais como doença ou atraso, implicará na sua eliminação do concurso público.

25. Dos Recursos.

25.1. Caberá recurso contra os gabaritos preliminares e contra todos os resultados preliminares de qualquer Etapa do presente concurso público, o qual deve ser submetido exclusivamente no prazo estabelecido no cronograma contido no Anexo III deste edital, sempre por meio de formulário eletrônico disponível na Área do Candidato do *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

25.2. Não será aceito recurso interposto por outro meio que não seja o especificado neste edital.

25.3. Não serão analisados os recursos interpostos fora do prazo estipulados neste edital; os encaminhados por correspondência, por correio eletrônico, por meio presencial ou qualquer outro meio diverso daquele previsto neste edital; tampouco os interpostos contra a avaliação ou a pontuação de outro candidato.

25.4. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.

25.5. O recurso não poderá conter em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique seu autor, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

25.6. Serão preliminarmente indeferidos os recursos que se utilizarem de linguagem desrespeitosa ou ameaçadora contra os avaliadores, os intempestivos, os recursos cujo conteúdo não permita ao avaliador compreender a contestação a que o candidato se refere e cuja fundamentação não corresponda à questão recorrida.

25.7. Não será permitido o envio de novos documentos quando da interposição dos recursos.

25.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou recurso contra resultado ou listagem definitivos.

25.9. As respostas aos recursos de todas as etapas do presente concurso público serão disponibilizadas para cada candidato, conforme seu recurso, exclusivamente na Área do Candidato (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

25.10. Os recursos, porventura interpostos, serão julgados e deliberados pelo Igeduc, podendo a Comissão do Concurso Público emitir parecer em relação aos casos omissos.

26. Da Nomeação e Posse dos Aprovados.

26.1. O provimento das vagas estipuladas neste edital e das vagas que eventualmente venham a ser abertas, assim como a nomeação para a posse e a posse dos candidatos, são de responsabilidade exclusiva do Município de Itapissuma



(PE), o qual publicará seus atos na imprensa oficial e no *site* <https://itapissuma.pe.gov.br/>, respeitados o prazo de validade do certame, a necessidade e a conveniência da Administração Pública, a ordem de classificação específica dos candidatos habilitados, as leis vigentes, os requisitos para a investidura no cargo, os critérios de desempate e o resultado definitivo deste concurso público (inclusive para as vagas reservadas às pessoas com deficiência – PCD).

26.2 A convocação será publicada na imprensa oficial e no *site* <https://itapissuma.pe.gov.br/>, bem como, com o objetivo de atender aos princípios da publicidade e razoabilidade, será realizada, também, a convocação pessoal dos candidatos aprovados por meio de telegrama ao(à) candidato(a), com aviso de recebimento, e/ou e-mail para o correio eletrônico fornecido no ato da inscrição, a fim de comunicá-lo sobre a convocação.

26.3 Publicada a nomeação para a posse em imprensa oficial, o candidato terá 15 (quinze) dias para manifestar o seu interesse e comparecer ao local determinado com a documentação exigida pois, após esse prazo, se o candidato não se manifestar, será considerada a desistência tácita dele com sua consequente eliminação deste concurso público, e o Município de Itapissuma (PE) terá o direito de nomear o candidato subsequente.

26.4 O candidato que, por motivo justificado, não puder comparecer à posse, poderá solicitar prorrogação, uma única vez, por até 30 (trinta) dias. O pedido, devidamente fundamentado, deverá ser apresentado por escrito à autoridade competente, dentro do prazo legal.

26.5 É de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar as publicações do Município de Itapissuma (PE) na imprensa oficial e no *site* <https://itapissuma.pe.gov.br/>, a fim de tomar ciência sobre a própria nomeação para a posse, assim como das exigências em termos de prazo, local e documentação obrigatória, pois o candidato nomeado que, por qualquer motivo, não tomar posse, terá o ato de nomeação tornado sem efeito.

26.6 O candidato aprovado e empossado exercerá suas atividades em local determinado pelo Município de Itapissuma (PE), a depender do interesse público, sendo compatível com o cargo e consoante à jornada de trabalho descrita neste edital e prevista na legislação vigente.

26.7 O candidato classificado e empossado nos termos deste edital poderá ter seu local de trabalho alterado, de acordo com o interesse pelo Município de Itapissuma (PE), desde que respeitado o cargo para o qual foi selecionado e a jornada de trabalho que se obrigou a submeter.

26.8 O candidato nomeado estará subordinado ao Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Itapissuma (PE) e às demais leis municipais, estaduais e federais.

26.9 A nomeação dos candidatos aprovados deverá obedecer à ordem de classificação, observados os critérios de alternância e de proporcionalidade entre a classificação da ampla concorrência e da reserva de vagas para as pessoas com deficiência, observado o percentual de reserva fixado no Capítulo 4 deste edital.

26.10 A nomeação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência.

27. DAS EXIGÊNCIAS PARA INVESTIDURA.

27.1. Conforme disposto na Lei Municipal Nº 1.079/2020, do Município de Itapissuma, em seu Art. 1º, são requisitos básicos para investidura no cargo público de Guarda Civil Municipal de Itapissuma:

I - Ter sido aprovado e classificado no concurso público, na forma estabelecida do Edital, e seus anexos e eventuais retificações;

II - Possuir Nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso da nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Art. 12 da Constituição Federal e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18 de abril de 1972;

III - Ter gozo dos direitos políticos;

IV - Estar quite com as obrigações militares, para candidatos do sexo masculino, e eleitorais, para candidatos de ambos os sexos;

V - Possuir nível médio completo de escolaridade;

VI - Possuir idade mínima de 18 (dezoito) anos;

VII - Ter aptidão física, mental e psicológica, a ser verificado em Exame de Aptidão Física e Avaliação Psicológica;



VII - Possuir idoneidade moral comprovada por investigação social e certidões expedidas nos últimos 30 (trinta) dias perante o Poder Judiciário Estadual, Federal, Distrital e Militar, não podendo estar respondendo ou possuir condenação com Trânsito em Julgado por Crime ou Contravenção Penal de qualquer natureza;

IX - Possuir ilibada reputação moral e funcional se servidor ou empregado público, contratado sob qualquer regime e em qualquer esfera governamental, não podendo também ter cometido infração disciplinar de natureza grave prevista em Lei Disciplinar, Código de Conduta ou Estatuto, devendo apresentar declaração de que não sofreu, no exercício de função ou cargo público, penalidade incompatível com a nova investidura em cargo público;

X - Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por idoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;

XI - Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH), no mínimo na categoria B;

XII - Estar apto nos Exames de Saúde/médico pré-admissionais, devendo o candidato apresentar os exames clínicos e laboratoriais solicitados, os quais correrão às suas expensas, e toxicológico de larga janela de detecção;

XIII - Não acumular cargos, empregos ou funções públicas, exceto aqueles permitidos na Constituição Federal;

XIV - Não receber proventos de aposentadoria que caracterize acumulação ilícita de cargos na forma do artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal;

XV - Ter sido aprovado no Curso de Formação de Guarda Civil Municipal;

XVI - Apresentar todos os documentos que vierem a ser exigidos no Edital de Abertura do Concurso Público;

XVII - Cumprir as demais determinações do Edital de Abertura do Concurso Público.

28. Da Documentação para a Posse.

28.1. No ato de nomeação para a posse, o Município de Itapissuma (PE) solicitará ao candidato a apresentação dos documentos encaminhados como parte deste concurso público, além de documentos de identificação pessoal e documentos que comprovam que o candidato atende aos requisitos obrigatórios para o cargo – devendo ser todos originais, não sendo aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem cópias não autenticadas – pois o atendimento a esse pedido dentro do prazo estabelecido é uma condição para a posse.

28.2. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará a eliminação do concurso público e a anulação de todos os atos com respeito a ele praticados, pelo Município de Itapissuma (PE), ainda que já tenha sido publicado o edital de homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

28.3. Os seguintes documentos devem ser obrigatoriamente apresentados ao Município de Itapissuma (PE) quando da nomeação, devendo estar todos legíveis, nítidos, atuais e originais, sem prejuízo de outros que possam ser solicitados via convocação:

28.3.1. documento oficial de identificação pessoal (como RG – Registro Geral, carteira de identidade, passaporte, carteira profissional etc.);

28.3.2. CPF – Cadastro de Pessoa Física;

28.3.3. Carteira do respectivo conselho de classe (quando aplicável ao cargo);

28.3.4. documentação comprobatória de escolaridade mínima exigida para o cargo ou área a que concorre;

28.3.5. comprovação de residência ou domicílio atualizado;

28.3.6. comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral;

28.3.7. comprovante de quitação com o serviço militar, se o candidato for do sexo masculino;

28.3.8. declaração de acumulação ou não acumulação de vínculo com o serviço público (podendo ser feita de próprio punho).

29. Da Nomeação e Posse de Pessoa com Deficiência (PCD).

29.1. No ato da nomeação para a posse, o candidato inscrito como pessoa com deficiência (PCD) deverá apresentar a documentação que comprove a sua deficiência – especialmente o laudo médico que ateste o tipo, o grau ou o nível da deficiência, e que inclui o código da Classificação Internacional de Doenças (CID), além da causa provável da deficiência – assim como outras informações e documentos complementares que possam ser requisitados pelo Município de Itapissuma (PE) para avaliar a garantia do direito à vaga reservada para PCD pelo candidato.



29.2. O candidato inscrito como pessoa com deficiência (PCD) e aprovado neste concurso público, quando nomeado para a posse, poderá ser convocado para a perícia médica a ser realizada pela junta médica designada pelo Município de Itapissuma (PE), no prazo específico determinado pela junta e que será formal e publicamente comunicado ao candidato, objetivando verificar a sua qualificação como deficiente e a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

29.3. Após a posse, o candidato não poderá utilizar-se da deficiência que lhe garantiu a reserva de vaga especial no certame para justificar a concessão de licença, faltas injustificadas ao trabalho, pedidos de re colocação em outro cargo ou unidade de trabalho ou aposentadoria por invalidez.

30. Do Estágio Probatório.

30.1. O estágio probatório é o período inicial de 03 (três) anos de efetivo exercício profissional do servidor público nomeado para provimento de cargo efetivo, em virtude de aprovação em concurso público e que tem por objeto – além da obtenção da estabilidade – aferir a aptidão para o exercício do cargo (art. 41 da CF/88; STJ - MS 12523, de 2009; AGU - acórdão 17/2004; CNJ - pedido de providências 822; STJ - REsp 1120/190 SC; Emenda Constitucional n.º 19/98).

30.2. No decorrer do estágio probatório, a aptidão e a capacidade do servidor serão avaliadas de acordo com critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

30.3. O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

31. Das Disposições Finais.

31.1. As eventuais retificações, inclusões, exclusões e atualizações a este edital serão incorporadas a este documento único e consolidado, sendo devidamente identificada a alteração a que se procedeu e a versão mais atualizada e consolidada será publicada no Portal do Candidato do *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

31.2. Nenhum candidato poderá alegar o desconhecimento do presente edital ou de qualquer outra norma ou lei comunicados posterior e regularmente divulgados, vinculados ao certame, com o objetivo de prejudicar o presente concurso público ou de se eximir de qualquer obrigação imposta a todos os demais candidatos.

31.3. Os valores referentes à taxa de inscrição serão recolhidos em conta bancária específica do Município de Itapissuma (PE) e serão devolvidos exclusivamente em caso de cancelamento do certame ou de algum cargo em particular.

31.4. O Município de Itapissuma (PE) e o Igeduc não assumirão as despesas com deslocamento, com estudos, com hospedagem, com a alimentação ou com qualquer outra atividade dos candidatos durante o concurso público.

31.5. Não será emitido ao candidato documento específico de comprovação de classificação ou aprovação no presente concurso público, valendo, para esse fim, a publicação no *site* do do Município de Itapissuma (PE) (<https://itapissuma.pe.gov.br/>) e no *site* do Igeduc (<https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>).

31.6. Não serão fornecidos a terceiros informações e documentos pessoais de candidatos, em atenção ao disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

31.7. Este edital poderá ser impugnado, fundamentadamente, por meio de formulário eletrônico disponibilizado no *site* <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>, no período determinado no cronograma contido no Anexo III deste edital.

31.8. Para fins de impugnação, o demandante deverá ter realizado a sua inscrição no concurso, por meio do *site* <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>, sem a necessidade inicial de efetivá-la.

31.9. Todos os pedidos de impugnação, protocolados no período determinado neste edital, serão analisados e julgados pela Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público em conjunto com o Igeduc.

31.10. O demandante deverá formular sua impugnação de forma fundamentada e com a indicação específica do item que está sendo impugnado.

31.11. Do julgamento da impugnação não caberá recurso.

31.12. Serão publicadas as respostas às impugnações apresentadas, de acordo com o que rege este edital, bem como, no caso de acatamento, a retificação necessária consolidada neste edital de abertura, no *site* <https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/>, na data prevista no cronograma contido no Anexo III deste edital.



31.13. Ao efetivar e confirmar sua inscrição no concurso público, o candidato concorda em submeter quaisquer litígios relacionados ao certame à arbitragem, conforme disposto no artigo 4º da Lei nº 9.307, de 23/09/1996 (Lei de Arbitragem). O foro escolhido para a resolução de questões oriundas da interpretação, execução ou não execução das obrigações do concurso é a CMARB – Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, localizada na Rua Marquês do Paraná, 118 – Bairro do Espinheiro, CEP 52021-050, Recife – PE, Brasil, registrada sob o CNPJ 35.231.835/0001-37. Alternativamente, outra câmara de mediação pode ser designada para iniciar o procedimento, conforme a Lei Federal nº 13.140/2015. Se a questão não for resolvida de forma amigável e consensual dentro de 10 (dez) dias, as partes devem submeter a disputa ao Juízo Arbitral, de acordo com as Leis Federais nº 9.307/1996 e 13.129/2015, sem necessidade de comunicação formal prévia.

31.14. Os casos omissos serão deliberados pela Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público, ouvido o Igeduc sempre que necessário.

Itapissuma, 16 de outubro de 2024.

José Bezerra Tenório Filho
Prefeito do Município de Itapissuma



ANEXO I – DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

ATRIBUIÇÕES DO GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Aos Guardas Municipais compete, individual e coletivamente, dentre outras, as seguintes obrigações:

- I. cumprir com exatidão e presteza as determinações das Leis Municipais, bem como as instruções que forem baixadas por seus superiores;
- II. apresentar-se sempre em completo asseio, com o cabelo cortado e a barba feita e devidamente fardado, munido de sua carteira funcional, tarjeta de identificação, escudo e insígnias. Sendo feminino, com os cabelos presos ou curtos;
- III. conhecer a planta da cidade, seu sistema viário e localizações das repartições públicas, estabelecimentos públicos e particulares de assistência e segurança, postos e caixas telefônicas, hospitais, postos médicos, delegacias policiais, hotéis, hospedarias, pontos de estacionamento de ônibus e automóveis;
- IV. tratar com urbanidade as pessoas com quem tenham que entender-se, usando de energia apenas quando necessário e para repelir a violência ou fazer respeitar, dentro dos justos limites, a sua autoridade;
- V. comunicar aos superiores hierárquicos, com a presteza que o assunto reclamar, qualquer fato que venha ao seu conhecimento, desde que as providências a serem tomadas não estejam nos limites de suas atribuições;
- VI. reclamar, com urgência, o socorro das autoridades competentes, pelo meio mais rápido, quando assim exigirem as circunstâncias;
- VII. ingressar no posto a hora que for determinada, permanecendo atento e diligente, dele só se afastando por ocasião de apresentação do seu substituto e, na falta deste, no término do seu horário de serviço, após consulta e autorização do Inspetor de ronda e/ou permanente;
- VIII. só penetrar em residência e/ou estabelecimentos alheios, com a observância das formalidades legais para prestação de socorro urgente;
- IX. deter qualquer indivíduo em flagrante delito ou quando perseguido pelo clamor público, apresentando-o à autoridade policial;
- X. tratar com todo cuidado, calma e paciência, as crianças e/ou adolescentes, loucos e ébrios, conduzindo-os e apresentando-os à autoridade competente, quando se tornarem inconvenientes na via pública, assim como aqueles que estiverem perturbando o sossego público;
- XI. reclamar a atenção do morador ou de transeuntes para qualquer fato ou circunstâncias que lhe possa trazer prejuízo ou perigo;
- XII. entregar aos Inspetores ou Superiores hierárquicos objetos de outras pessoas que por qualquer modo venha cair em seu poder;
- XIII. auxiliar a autoridade pública ou seus agentes no cumprimento de deveres ou execução de ordens legais, notadamente os integrantes do Corpo de Bombeiros, os funcionários da Saúde Pública, os Inspetores de trânsito e os fiscais municipais;
- XIV. comunicar prontamente à autoridade policial a prática de qualquer crime ou contravenção, seja ou não na via pública, tomando imediatas providências para que feridos sejam medicados, não consentindo que se altere a posição de cadáveres ou objetos que deles se acerquem nos casos de homicídio;
- XV. comunicar aos superiores hierárquicos a existência de algum caso de moléstia contagiosa em qualquer ponto do município;
- XVI. providenciar pronta assistência médica ou farmacêutica para enfermos ou parturientes, quando na via pública;
- XVII. atender prontamente aos pedidos de socorro público, cientificando seus superiores hierárquicos;
- XVIII. comunicar a seus superiores hierárquicos, quaisquer fatos ou ocorrências estranhas que cheguem ao seu conhecimento, notadamente frequência de reuniões suspeitas em determinados locais ou casas, ou comércio clandestino de armas, drogas ou mercadorias de qualquer espécie;



ATRIBUIÇÕES DO GUARDA CIVIL MUNICIPAL

XIX. levar ao conhecimento do Juiz da Infância e da Juventude e da autoridade policial a existência de menores que perambulam, sem assistência, pelo seu posto de serviço, detendo-os e encaminhando-os às autoridades competentes, quando necessário, e comunicando o fato a seus superiores hierárquicas;

XX. ao regressar para assinar o ponto, relatar ao Inspetor do dia tudo o que ocorreu durante o seu horário de serviço, para o necessário registro no livro de ocorrências;

XXI. não prestar serviços especiais ou extraordinários sem a comunicação de sua chefia;

XXII. ter procedimento correto em serviço e fora dele, uniformizado ou em trajes civis;

XXIII. tratar com todo cuidado, calma e paciência, as crianças e/ou adolescentes, loucos e ébrios, conduzindo-os e apresentando-os à autoridade competente, quando se tornarem inconvenientes na via pública, assim como aqueles que estiverem perturbando o sossego público;

XXIV. reclamar a atenção do morador ou de transeuntes para qualquer fato ou circunstâncias que lhe possa trazer prejuízo ou perigo;

XXV. entregar aos Inspetores ou Superiores hierárquicos objetos de outras pessoas que por qualquer modo venha cair em seu poder;

XXVI. comparecer a todas as instruções determinadas pelo Chefe da Guarda Municipal;

XXVII. comunicar incontinenter, à delegacia de polícia, qualquer ocorrência grave que demande pronta providência das autoridades policiais;

XXVIII. agir como facilitador em cursos e palestras direcionadas ao público em geral acerca de cidadania, direitos humanos, meio ambiente, prevenção às drogas e outros assuntos correlatos, desde que devidamente qualificado e autorizado por órgão competente.

1. Ao Guarda Municipal, quando devidamente habilitado e na função temporária de motorista ou motociclista a serviço eventual e exclusivo da Guarda Municipal, compete:

I. comparecer à sede da Guarda Municipal, 10 (dez) minutos antes de começar o serviço, à fim de receber as instruções;

II. permanecer no serviço obedecendo rigorosamente à escala;

III. zelar pela boa conservação do veículo, fazendo à manutenção preventiva, e ao passar o serviço apresentar a viatura lavada e abastecida;

IV. auxiliar, quando solicitado, seus superiores Ou Guardas Municipais;

V. anotar, diariamente, em formulários próprios, o estado geral do veículo, a quilometragem ao sair e ao chegar.



ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS	QUESTÕES
<p>LÍNGUA PORTUGUESA: 1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados. 2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais. 3. Domínio da ortografia oficial. 4. Domínio dos mecanismos de coesão textual. 4.1. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual. 4.2. Emprego de tempos e modos verbais. 5. Domínio da estrutura morfossintática do período. 5.1. Emprego das classes de palavras. 5.2. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. 5.3. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração. 5.4. Emprego dos sinais de pontuação. 5.5. Concordância verbal e nominal. 5.6. Regência verbal e nominal. 5.7. Emprego do sinal indicativo de crase. 5.8. Colocação dos pronomes átonos. 6. Reescrita de frases e parágrafos do texto. 6.1. Significação das palavras. 6.2. Substituição de palavras ou de trechos de texto. 6.3. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. 6.4. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade. 7. Correspondência oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República). 7.1. Aspectos gerais da redação oficial. 7.2. Finalidade dos expedientes oficiais. 7.3. Adequação da linguagem ao tipo de documento. 7.4. Adequação do formato do texto ao gênero.</p>	5 (cinco) questões
<p>RACIOCÍNIO LÓGICO: Problemas de raciocínio lógico envolvendo os seguintes assuntos: estruturas lógicas; lógica de argumentação; diagramas lógicos; tautologias; proposições; teoria dos conjuntos; análise combinatória; noções de estatística e probabilidade.</p>	5 (cinco) questões
<p>NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 1. Noções de sistema operacional (ambientes Linux e Windows). 2. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes BrOffice e Microsoft Office - Excel e PowerPoint). 3. Redes de computadores. 3.1. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. 3.2. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome). 3.3. Programas de correio eletrônico (Outlook Express e Mozilla Thunderbird). 3.4. Sítios de busca e pesquisa na Internet. 3.5. Grupos de discussão. 3.6. Redes sociais. 3.7. Computação na nuvem (cloud computing). 4. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. 5. Segurança da informação. 5.1. Procedimentos de segurança. 5.2. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. 5.3. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.). 5.4. Procedimentos de backup. 5.5. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage).</p>	5 (cinco) questões
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES
<p>NOÇÕES DE DIREITO PENAL: 1. Princípios básicos. Crime e Contravenção Penal. 2. Aplicação da lei penal. 2.1. A lei penal no tempo e no espaço. 2.2. Tempo e lugar do crime. 2.3. Lei penal excepcional, especial e temporária. 2.4. Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal. 2.5. Pena cumprida no estrangeiro. 2.6. Eficácia da sentença estrangeira. 2.7. Contagem de prazo. 2.8. Frações não computáveis da pena. 2.9. Interpretação da lei penal. 2.10. Analogia. 2.11. Irretroatividade da lei penal. 2.12. Conflito aparente de normas penais. 3. O fato típico e seus elementos. Tipicidade e causas de exclusão. 3.1. Crime consumado e tentado. 3.2. Pena da tentativa. 3.3. Concurso de crimes. 3.4. Ilícitude e causas de exclusão. 3.5. Excesso punível. 3.6. Culpabilidade. 3.6.1. Elementos e causas de exclusão. 4. Imputabilidade penal. 5. Concurso de pessoas. 6. Crimes contra a pessoa. 7. Crimes contra o patrimônio. 8. Crimes contra a dignidade sexual. 9. Crimes contra a fé pública. 10. Crimes contra a administração pública. Crimes contra a administração da Justiça. 11. Lei nº 8.072/1990 (delitos hediondos). Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/1965). Lei de Tortura (Lei nº 9.455/1997). Dos Crimes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990). Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes contra o Meio Ambiente (Lei nº 9.605/1998). Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). Lei de Drogas</p>	5 (cinco) questões



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES
<p>(Lei nº 11.343/2006). Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998 e suas alterações). 12. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.</p>	
<p>NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL: 1. Aplicação da lei processual no tempo, no espaço e em relação às pessoas. 1.1. Disposições preliminares do Código de Processo Penal. 2. Inquérito policial. 3. Ação penal. 4. Competência. 5. Prova: do exame de corpo de delito e das perícias em geral; do interrogatório do acusado; da confissão; do ofendido; das testemunhas; do reconhecimento de pessoas e coisas; da acareação; dos documentos; dos indícios; da busca e apreensão. 5.1. Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996). 6. Juiz, Ministério Público, acusado, defensor, assistentes e auxiliares da justiça, atos de terceiros. 7. Prisão e liberdade provisória. Das medidas cautelares diversas da prisão. 7.1. Lei nº 7.960/1989 (prisão temporária). 8. Processo e julgamento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos. 9. Habeas corpus e seu processo. Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995). Investigação Criminal (Lei nº 12.830/2013). Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013). 10. Disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal.</p>	<p>5 (cinco) questões</p>
<p>NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL: 1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 1.1. Princípios fundamentais. 1.2. Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente. 2. Aplicabilidade das normas constitucionais. 2.1. Normas de eficácia plena, contida e limitada. 2.2. Normas programáticas. 3. Direitos e garantias fundamentais. 3.1. Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos. 3.2. Remédios Constitucionais. 4. Organização político-administrativa do Estado. 4.1. Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 5. Administração pública. 5.1. Disposições gerais, servidores públicos. 6. Poder executivo. 6.1. Atribuições e responsabilidades do presidente da República. 7. Poder legislativo. 7.1. Estrutura. 7.2. Funcionamento e atribuições. 7.3. Processo legislativo. 7.4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 7.5. Comissões parlamentares de inquérito. 8. Poder judiciário. 8.1. Disposições gerais. 8.2. Órgãos do poder judiciário. 8.2.1. Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça. 8.2.1.1. Composição e competências. 9. Funções essenciais à justiça. 9.1. Ministério Público, Advocacia Pública. 9.2. Defensoria Pública. 9.3. Da Defesa do estado e das Instituições Democráticas.</p>	<p>5 (cinco) questões</p>
<p>NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: 1. Estado, governo e administração pública. 1.1. Conceitos. 1.2. Elementos. 2. Direito administrativo. 2.1. Conceito. 2.2. Objeto. 2.3. Fontes. 3. Ato administrativo. 3.1. Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2. Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3. Decadência administrativa. 4. Poderes da administração pública. 4.1. Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 4.2. Uso e abuso do poder. 5. Regime jurídico-administrativo. 5.1. Conceito. 5.2. Princípios expressos e implícitos da administração pública. 6. Responsabilidade civil do Estado. 6.1. Evolução histórica. 6.2. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 6.2.1. Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 6.2.2. Responsabilidade por omissão do Estado. 6.3. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 6.4. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 6.5. Reparação do dano. 6.6. Direito de regresso. 7. Serviços públicos. 7.1. Conceito. 7.2. Elementos constitutivos. 7.3. Formas de prestação e meios de execução. 7.4. Delegação: concessão, permissão e autorização. 7.5. Classificação. 7.6. Princípios. 8. Organização administrativa. 8.1. Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 8.2. Administração direta e indireta. 8.3. Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 8.4. Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público. 9. Controle da administração pública. 9.1. Controle exercido pela administração pública. 9.2. Controle judicial. 9.3. Controle legislativo. 9.4. Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992. 10. Processo administrativo. 10.1. Lei nº 9.784/1999. 11. Licitações e contratos administrativos. 11.1. Legislação pertinente. 11.1.1. Lei Nº 14.133/2021 e</p>	<p>5 (cinco) questões</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	QUESTÕES
suas alterações. 11.1.2. Lei nº 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão. 11.1.3. Decreto nº 7.892/2013 (sistema de registro de preços). 11.1.4. Lei nº 12.462/2011 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas). Decreto nº 6.170/2007, Portaria Interministerial CGU/MF/MP nº 507/2011 e suas alterações. 11.2. Fundamentos constitucionais.	
NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO: 1. Lei nº 9.503/1997 e suas alterações (institui o Código de Trânsito Brasileiro — CTB). 2. Decreto nº 4.711/2003 (dispõe sobre a Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito — SNT). 3. Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações: 04/1998; 14/1998; 24/1998; 26/1998; 32/1998; 36/1998; 92/1999; 110/2000; 160/2004; 197/2006; 205/2006; 210/2006; 211/2006; 216/2006; 227/2007 (exceto os seus anexos); 231/2007; 242/2007; 253/2007; 254/2007; 258/2007; 268/2008; 273/2008; 277/2008; 289/2008; 290/2008; 292/2008; 349/2010; 356/2010; 360/2010; 371/2010 (exceto as fichas); 396/2011; 432/2013; 441/2013; 453/2013; 471/2013; 508/2014; 520/2015; 525/2015; 552/2015; 561/2015 (exceto as fichas); 573/2015; 598/2016; 619/2016; 624/2016; 643/2016; 720/2017; 723/2018; 735/2018.	5 (cinco) questões



ANEXO III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

1.1. A aptidão psicológica para o ingresso no cargo de Guarda Civil Municipal será atestada por Psicólogos designados pela empresa organizadora escolhida e regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia de Pernambuco (CRP/PE). A Avaliação Psicológica consistirá na aplicação e na avaliação de baterias de testes e instrumentos psicológicos científicos, que permitam identificar a compatibilidade de características psicológicas do candidato com as atribuições do cargo, visando verificar, entre outros:

1.1.1. Capacidade de concentração e atenção;

1.1.2. Capacidade de memória;

1.1.3. Tipos de raciocínio;

1.1.4. Características de personalidade como: controle emocional, relacionamento interpessoal, extroversão, altruísmo, assertividade, disciplina, ordem, dinamismo, persistência, entre outras.

1.2. A Avaliação Psicológica poderá avaliar também as características de personalidade restritivas ou impeditivas ao desempenho das atribuições inerentes ao cargo como, por exemplo, agressividade inadequada, instabilidade emocional exacerbada, impulsividade inadequada e ansiedade exacerbada.

1.3. Na avaliação psicológica, o candidato será considerado apto ou inapto.

1.4. Será considerado apto o candidato que apresentar características compatíveis com os requisitos psicológicos necessários para o exercício do cargo.

1.5. Os instrumentos utilizados para avaliar o perfil psicológico do candidato, a fim de verificar sua adequação ao cargo, serão definidos segundo os critérios objetivos e os parâmetros estabelecidos pelo Perfil Psicológico por meio das características abaixo:

CARACTERÍSTICAS	DEFINIÇÃO	PARÂMETROS
Controle emocional	Habilidade de reconhecer as próprias emoções diante de um estímulo, controlando-as de forma que não interfiram em seu comportamento.	Igual ou superior ao resultado médio
Agressividade	Capacidade de reagir a estimulações aversivas, com razoável controle de forma socialmente competente.	Igual ou inferior ao resultado médio
Neuroticismo	Capacidade de manter o nível de ajustamento emocional, sendo capaz de controlar as emoções.	Igual ou inferior ao resultado médio
Impulsividade	Tendência imperiosa que ocasiona atividade irrefletida, que não pode ser contida pelo indivíduo.	Igual ou inferior ao resultado médio
Inteligência	Grau de inteligência dentro do parâmetro mínimo esperado, compreendendo a capacidade de raciocinar logicamente, apreender e reestruturar conceitos.	Percentil igual ou maior a 25
Atenção	Capacidade de atentar-se às atividades profissionais bem como a percepção de elementos ou de riscos que possam vir a prejudicar o bom desempenho da função.	Percentil igual ou maior a 25



ANEXO IV – DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO PREVISTO

EVENTOS	DATA / PERÍODO
Publicação do edital de abertura do concurso público nos sites https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/ e https://itapissuma.pe.gov.br/ , e nos murais do Município de Itapissuma (PE)	17/10/2024
Período de impugnação ao edital do concurso público, por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 17/10/2024 até 21/10/2024, às 12h00
Resultado da análise dos pedidos de impugnação do edital em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	Até 28/10/2024
PERÍODO DE INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO, por meio de formulário eletrônico de inscrição acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 17/10/2024 até 16/11/2024
Período de solicitação de isenção de taxa de inscrição por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	DE 21/10/2024 ATÉ 23/10/2024, às 12h00
Resultado preliminar dos candidatos habilitados à isenção da taxa de inscrição em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	28/10/2024
Período de recurso em face da listagem preliminar dos candidatos habilitados à isenção da taxa de inscrição, por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 28/10/2024 a 30/10/2024, às 12h00
Resultado definitivo dos candidatos habilitados à isenção da taxa de inscrição e das respostas aos recursos em face da listagem preliminar, em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	04/11/2024
Último dia para impressão do boleto em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/ e pagamento da taxa de inscrição	18/11/2024
Publicação da concorrência por cargo e da listagem de inscritos em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/ , assim como disponibilização do Cartão de Confirmação de Inscrição – CCI (contendo o local e o horário da prova objetiva do candidato) na Área do Candidato	22/11/2024
PROVA OBJETIVA	
REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS	01/12/2024
Publicação do gabarito preliminar das provas objetivas em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	02/12/2024
Período de recurso em face do gabarito preliminar das provas objetivas, por meio de formulário eletrônico acessível na Área do Candidato https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 02/12/2024 até 04/12/2024, às 12h00
Publicação do gabarito definitivo das provas objetivas em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/ e respostas aos recursos interpostos em face do gabarito preliminar na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	11/12/2024
Publicação do resultado preliminar das provas objetivas em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	12/12/2024



EVENTOS	DATA / PERÍODO
Período de recurso em face do resultado preliminar das provas objetivas, por meio de formulário eletrônico acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 12/12/2024 até 16/12/2024, às 12h00
Publicação do resultado definitivo das provas objetivas e disponibilização das respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar, na área particular do candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	Até 20/12/2024
TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	
Publicação da Lista de Convocação para o Teste de Aptidão Física em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	Até 20/12/2024
PERÍODO DE REALIZAÇÃO DO TESTE DE APTIDÃO FÍSICA	
	22/02/2025
Publicação do resultado preliminar do Teste de Aptidão Física em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	26/02/2025
Período de recurso em face do resultado preliminar do Teste de Aptidão Física por meio de formulário eletrônico acessível na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 26/02/2025 até 28/02/2025, às 12h00
Publicação do resultado definitivo do Teste de Aptidão Física e disponibilização das respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar na área particular do candidato acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	11/03/2025
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	
Publicação da Lista de Convocação para Avaliação Psicológica em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	Até 20/12/2024
PERÍODO DE REALIZAÇÃO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA	
	23/02/2025
Publicação do resultado preliminar da Avaliação Psicológica em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	14/03/2025
Período de solicitação de Entrevista Devolutiva da Avaliação Psicológica em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 14/03/2025 até 18/03/2025, às 12h00
Período de realização da Entrevista Devolutiva da Avaliação Psicológica exclusivamente para os candidatos inaptos	De 20/03/2025 até 24/03/2025
Período de recurso em face do resultado preliminar da Avaliação Psicológica, por meio de formulário eletrônico acessível na Área do Candidato em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 25/03/2025 até 27/03/2025, às 12h00
Publicação do resultado definitivo da Avaliação Psicológica e disponibilização das respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar na área particular do candidato acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	03/04/2025
EXAME DE SAÚDE	
Publicação da Lista de Convocação para o Exame de Saúde em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	Até 20/12/2024



EVENTOS	DATA / PERÍODO
DATA DE ENTREGA DOS EXAMES DE SAÚDE, MÉDICOS E TOXICOLÓGICO EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DA ÁREA DO CANDIDATO https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 24/02/2025 até 26/02/2025
Publicação do resultado preliminar do Exame de Saúde em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	14/03/2025
Período de recurso em face do resultado preliminar do Exame de Saúde, por meio de formulário eletrônico acessível na Área do Candidato https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 14/03/2025 até 18/03/2025, às 12h00
Publicação do resultado definitivo do Exame de Saúde e disponibilização das respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar na área particular do candidato acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	26/03/2025
INVESTIGAÇÃO SOCIAL	
Publicação da Lista de Convocação para a Investigação Social em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	Até 20/12/2024
Período de preenchimento da Ficha de Informações Confidenciais – FIC, conforme link disponível na Área do Candidato https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 24/02/2025 até 26/02/2025
Publicação do resultado preliminar da Investigação Social em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	14/03/2025
Período de recurso em face do resultado preliminar da Investigação Social, por meio de formulário eletrônico acessível na Área do Candidato https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 14/03/2025 até 18/03/2025, às 12h00
Publicação do resultado definitivo da Investigação Social e disponibilização das respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar na área particular do candidato acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	26/03/2025
RESULTADO DEFINITIVO DO CONCURSO	
Publicação do resultado preliminar do concurso público em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	07/04/2025
Período de recurso em face do resultado preliminar do concurso público, por meio de formulário eletrônico acessível na Área do Candidato https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	De 07/04/2025 até 09/04/2025, às 12h00
Publicação do Resultado Definitivo do concurso público em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/ e https://itapissuma.pe.gov.br/ , e disponibilização das respostas aos recursos interpostos em face do resultado preliminar do concurso na área particular do candidato acessível em https://igeduc.selecao.net.br/informacoes/87/	11/04/2025